

LUIZ GUILHERME MARINONI

SÉRGIO CRUZ ARENHART

DANIEL MITIDIERO

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

COMENTADO

9ª edição
revista, atualizada e ampliada

De acordo
com a EC 125,
Relevância no REsp

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMENTADO

Luiz Guilherme Marinoni
Sérgio Cruz Arenhart
Daniel Mitidiero

9.^a edição revista, atualizada e ampliada

1.^a edição: 2015; 2.^a edição: 1.^a tiragem: 2016; 2.^a tiragem: maio de 2016;
3.^a edição: 1.^a tiragem: 2017; 2.^a tiragem: agosto de 2017; 4.^a edição: 2018;
5.^a edição: 2019; 6.^a edição: 2020; 7.^a edição: 2021; 8.^a edição: 2022.

© desta edição [2023]

Thomson Reuters Brasil Conteúdo e Tecnologia Ltda.

JULIANA MAYUMI ONO
Diretora responsável

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 – 13º andar – Vila Olímpia
CEP 04548-005, São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Os autores gozam da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhes a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seus trabalhos.

CENTRAL DE RELACIONAMENTO THOMSON REUTERS SELO REVISTA DOS TRIBUNAIS
(atendimento, em dias úteis, das 09h às 18h)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sacrt@thomsonreuters.com

e-mail para submissão dos originais: aval.livro@thomsonreuters.com

Conheça mais sobre Thomson Reuters: www.thomsonreuters.com.br

Acesse o nosso *eComm*
www.livrariart.com.br

Impresso no Brasil [02-2023]

Profissional/Universitário

Fechamento desta edição [23.01.2023]



ISBN 978-65-260-0369-5

SUMÁRIO

Sobre os Autores	7
Apresentação	9
Nota à Nona Edição.....	11

Lei 13.105, de 16 de março de 2015

Código de Processo Civil

1. Código de 1973.....	141
2. Reformas	141
3. Código de 2015.....	141
4. Das fontes às normas.....	142
5. Das normas ao sistema	142
6. O processo civil como meio para tutela dos direitos	142

PARTE GERAL

1. Parte geral e parte especial.....	143
--------------------------------------	-----

LIVRO I

DAS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS

1. Direito e Processo	145
2. Normas Heterotópicas.....	145

TÍTULO ÚNICO

DAS NORMAS FUNDAMENTAIS E DA APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS

1. Interpretação	146
2. Aplicação.....	146

Capítulo I

DAS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

1. Normas Fundamentais.....	146
2. Compromissos Fundamentais.....	146
3. Reprodução e Densificação	147

Art. 1º	147
----------------------	-----

1. Ordenado, Disciplinado e Interpretado.....	147
2. Da Constituição ao Código.....	147
3. Direito ao Processo Justo.....	147
4. Conteúdo do Direito ao Processo Justo	148
5. Eficácia do Direito ao Processo Justo	149

Art. 2º	149
----------------------	-----

1. <i>Nemo Iudex Sine Actore. Ne Procedat Iudex Ex Officio</i>	149
2. Impulso Oficial.....	150

Art. 3º	150
----------------------	-----

1. Direito à Tutela Adequada e Efetiva.....	150
2. Direito à Tutela Adequada	151
3. Direito à Tutela Efetiva.....	151

4. Justiça Multiportas (<i>Multi-door Dispute Resolution</i>).....	152
5. Arbitragem	152
6. Solução Consensual	153
Art. 4º	153
1. Direito à Tutela Tempestiva	153
2. Tutela Tempestiva	154
3. Tempo Justo.....	154
4. Direito à Reparação	155
5. Economia Processual	155
Art. 5º	155
1. Boa-fé.....	155
2. Boa-fé Objetiva	156
3. Ausência de Boa-fé	156
4. Qualquer Forma	156
Art. 6º	156
1. Colaboração.....	156
2. Como Modelo. Comunidade de Trabalho	157
3. Pressupostos Culturais do Modelo	157
4. Como Princípio	158
5. Deveres Cooperativos	159
6. Comunidade Argumentativa de Trabalho	160
7. Precedente STJ	160
Art. 7º	163
1. Direito à Igualdade no Processo Civil.....	163
2. Igualdade Perante a Legislação	163
3. Igualdade na Legislação	164
4. Igualdade no Processo e Igualdade pelo Processo	164
5. Paridade de Tratamento e Efetivo Contraditório.....	164
Art. 8º	165
1. Ordenamento Jurídico	165
2. Fins sociais e Bem Comum	165
3. Dignidade da Pessoa Humana	165
4. Legalidade	166
5. Proporcionalidade e Razoabilidade	166
6. Razoabilidade e Equidade.....	166
7. Publicidade	167
8. Eficiência.....	167
Art. 9º	167
1. Contraditório.....	167
2. Bilateralidade da Instância	167
3. Direito de Influência	168
4. Prévio, Diferido ou Eventual.....	168
5. Prévio	169
6. Exceções	169
Art. 10	169
1. Vedação à Decisão-surpresa	169
2. <i>Iura Novit Curia</i>	169

3. <i>Da Mibi Factum, Dado Tibi Ius</i>	170
4. Precedente do STJ	170
Art. 11	173
1. Fundamentação	173
2. Publicidade.....	173
3. Administração democrática da justiça civil.....	173
Art. 12	173
1. Ordem preferencialmente cronológica	174
2. Listas	174
3. Fora da ordem	174
4. Exceções	175
5. Primeiro lugar na lista	175

Capítulo II

DA APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS

Art. 13	175
1. Normas brasileiras	175
Art. 14	176
1. Direito Intertemporal	176
2. Efeito Imediato e Efeito Retroativo	176
3. Isolamento dos Atos Processuais.....	176
4. Enunciados Administrativos do STJ sobre Direito Intertemporal.....	177
Art. 15	177
1. Supletiva e subsidiariamente	177

LIVRO II

DA FUNÇÃO JURISDICIONAL

TÍTULO I

DA JURISDIÇÃO E DA AÇÃO

Art. 16	180
1. Jurisdição	180
2. Jurisdição civil.....	180
3. Unidade da jurisdição.....	180
4. Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	180
5. Jurisdição e território nacional.....	180
6. Jurisdição, tutela jurisdicional e tutela jurisdicional dos direitos	181
7. Equivalentes jurisdicionais.....	181
8. Jurisdição e arbitragem.....	181
Art. 17	182
1. Ação como direito à tutela jurisdicional adequada, efetiva e tempestiva mediante processo justo	182
2. Interesse e legitimidade.....	182
3. Aferição da existência de interesse e de legitimidade	182
Art. 18	183
1. Substituição processual	183
2. Excepcionalidade	183

3. Poderes	183
4. Assistente litisconsorcial	183
5. Coisa julgada	183
6. Substituição processual, cooperativa e ato cooperativo.....	184
Art. 19.....	184
1. Ação declaratória	184
2. Interesse do autor.....	184
3. Existência, inexistência ou modo de ser de relação jurídica	184
4. Autenticidade ou falsidade de documento	185
5. Ação declaratória e título executivo	185
6. Demais ações declaratórias.....	185
Art. 20.....	185
1. Ação declaratória e violação do direito	185

TÍTULO II

DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Capítulo I

DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL

1. Jurisdição e Competência.....	186
2. Limites da Jurisdição Nacional.....	186
3. Competência Internacional Concorrente e Competência Internacional Exclusiva	186
Art. 21.....	186
1. Competência Internacional Concorrente	186
Art. 22.....	187
1. Alimentos internacionais	187
2. Relações de consumo internacionais.....	187
3. Cláusula de eleição de foro internacional.....	188
Art. 23.....	188
1. Competência Internacional Exclusiva	188
2. Não Homologação de Sentença Estrangeira	188
3. Cláusula de eleição de foro internacional.....	188
Art. 24.....	189
1. Ineficácia da Litispendência Estrangeira.....	189
2. Ineficácia da Coisa Julgada Estrangeira	189
3. Pendência de processo no Brasil	189
Art. 25.....	189
1. Cláusula de eleição de foro internacional.....	190
2. Requisitos da Cláusula perante o Direito Brasileiro.....	190
3. Abusividade da Cláusula de Eleição de Foro Internacional.....	190
4. <i>Forum shopping</i>	190
5. Mercosul.....	190

Capítulo II DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Seção I Disposições Gerais

Art. 26		190
1. Cooperação internacional e tratados		191
2. Autoridade central		191
Art. 27		191
1. Objeto da cooperação internacional		191

Seção II Do Auxílio Direto

Art. 28		191
1. Auxílio direto.....		191
2. Auxílio direto ativo		192
3. Auxílio direto passivo.....		192
4. Desnecessidade de deliberação.....		192
Art. 29		192
1. Autoridade central		192
Art. 30		192
1. Matéria de auxílio direto		192
Art. 31		192
1. Dispensa de intermediação diplomática		193
Art. 32		193
1. Atos não jurisdicionais		193
Art. 33		193
1. Intervenção do órgão de atuação jurídica.....		193
Art. 34		193
1. Auxílio direto de conteúdo jurisdicional.....		193

Seção III Da Carta Rogatória

Art. 35 (Vetado)		193
Art. 36		193
1. Carta rogatória.....		194
2. Decisões finais		194
3. <i>Exequatur</i>		194
4. Pedidos de urgência.....		194

Seção IV Disposições Comuns às Seções Anteriores

Art. 37		194
1. Tramitação.....		194

Art. 38	194
1. Formalização	195
Art. 39	195
1. Recusa	195
Art. 40	195
1. Procedimento para homologação de sentença estrangeira e para <i>exequatur</i> a carta rogatória	195
Art. 41	195
1. Autenticação de documentos	195
2. Reciprocidade	195

TÍTULO III DA COMPETÊNCIA INTERNA

Capítulo I DA COMPETÊNCIA

Seção I Disposições Gerais

1. Critérios para Definição de Competência	196
2. Competência Absoluta e Competência Relativa.....	196
Art. 42	196
1. Causas Cíveis	196
2. Juízo Arbitral	196
Art. 43	197
1. Perpetuação da Competência	197
2. Incompetência Superveniente.....	197
3. Outras Exceções	198
Art. 44	198
1. Fontes para Determinação de Competência	198
2. Competência em Razão do Valor	198
3. Competência em Razão da Matéria	198
4. Competência em Razão da Pessoa.....	199
5. Critério Funcional para Determinação de Competência	199
Art. 45	199
1. Competência da Justiça Estadual em Razão da Matéria	199
2. Jurisdição voluntária	200
3. Remessa dos autos entre Justiça Estadual e Federal	200
4. Pendência de Pedido da Competência da Justiça Estadual e Intervenção de Entidade Sujeita à Competência Federal.....	200
5. Intervenção da União depois da apelação	200
6. Anulação de Multa Eleitoral	201
7. Acidente de Trabalho	201
8. Greve e ação possessória.....	201
9. Descumprimento de Normas Trabalhistas	201
10. Juízo da Recuperação Judicial e Construção de Bens	201
11. Intervenção anômala.....	201

Art. 46	201
1. Critério Territorial para Determinação de Competência.....	202
2. <i>Auctor Sequitur Forum Rei</i>	202
3. Execução fiscal.....	202
Art. 47	202
1. <i>Forum Rei Sitae</i>	202
Art. 48	203
1. Foro do Autor da Herança.....	203
2. Foros Subsidiários.....	203
Art. 49	203
1. Foro do Ausente.....	203
Art. 50	204
1. Foro do Incapaz.....	204
Art. 51	204
1. Foro da União.....	204
2. Usucapião.....	204
3. Justificação judicial.....	204
4. Sociedades de Economia Mista Federal.....	204
5. FGTS.....	205
6. Reintegração de servidor federal.....	205
7. Fundação Habitacional do Exército.....	205
8. RFFSA.....	205
9. Retificação de Dados Cadastrais da Justiça Eleitoral.....	205
10. Seguro Marítimo.....	205
11. COBAL e CIBRAZEM.....	205
12. Concessionária de Telefonia e Relação de Consumo.....	205
13. Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social.....	205
14. Natureza constitucional.....	205
Art. 52	205
1. Foro dos Estados e do Distrito Federal.....	206
Art. 53	206
1. Foro do Divórcio, Separação, Anulação de Casamento e Reconhecimento ou Dissolução de União Estável.....	206
2. Foro do Alimentando.....	206
3. Foro do Lugar.....	207
4. Foro do Lugar do Ato ou Fato.....	207
5. Foro do Domicílio do Autor ou do Lugar do Fato.....	207

Seção II

Da Modificação da Competência

1. Modificações da Competência.....	207
Art. 54	208
1. Competências Modificáveis pela Conexão.....	208
Art. 55	208
1. Conexão.....	208
2. Classificação da Conexão.....	208

3. Faculdade Judicial	209
4. Julgamento de uma das ações conexas	209
5. Reunião de processo de execução e processo de conhecimento.....	209
Art. 56	209
1. Continência	209
Art. 57	209
1. Reunião das Causas.....	209
2. Obrigatoriedade	209
Art. 58	210
1. Prevenção	210
2. Prevenção e produção antecipada de prova	210
Art. 59	210
1. Momento da prevenção.....	210
2. Prevenção e juízo incompetente	210
Art. 60	210
1. Imóvel Situado em Mais de um Estado, Comarca ou Subseção Judiciária.....	210
Art. 61	210
1. Competência e Conexão Qualificada por Acessoriedade.....	210
2. Competência e Conexão Qualificada por Reconvensão, Prejudicialidade, Garantia e Compensação	211
Art. 62	211
1. Competências Não Modificáveis pela Vontade das Partes	211
Art. 63	211
1. <i>Forum Electionis e Forum Contractus</i>	211
2. Forma do Foro de Eleição	211
3. Transmissibilidade do Foro de Eleição	212
4. Nulidade da Cláusula de Eleição de Foro	212

Seção III

Da Incompetência

Art. 64	212
1. Incompetência Relativa.....	212
2. Incompetência Absoluta	212
3. Procedimento	213
4. Recurso.....	213
5. Decisões do juízo incompetente	213
Art. 65	213
1. Prorrogação de Competência	213
2. Legitimidade para arguir a incompetência	214
Art. 66	214
1. Conflito de Competência.....	214
2. Objeto do Conflito de Competência	215

Capítulo II DA COOPERAÇÃO NACIONAL

Art. 67	215
1. Dever de Cooperação.....	215
2. Cooperação e arbitragem	215
Art. 68	215
1. Cooperação e atos processuais.....	215
Art. 69	215
1. Cooperação e forma	216
2. Cooperação judicial e solicitação de tribunal arbitral	216
3. Atos concertados.....	216
4. Cooperação judicial e recuperação judicial	216

LIVRO III DOS SUJEITOS DO PROCESSO

TÍTULO I DAS PARTES E DOS PROCURADORES

1. Conceito de Parte	218
2. Conceito de Procurador	218

Capítulo I DA CAPACIDADE PROCESSUAL

1. Capacidade Processual.....	218
2. Requisito para Concessão da Tutela Jurisdicional do Direito	218
Art. 70	219
1. Capacidade para Estar em Juízo	219
Art. 71	219
1. Representação e Assistência dos Incapazes.....	220
2. Pessoa com Deficiência e Acesso à Justiça	220
3. Poder Familiar	220
4. Tutores.....	220
5. Curadores	220
6. Tomada de Decisão Processual Apoiada.....	220
7. Intervenção do Ministério Público.....	220
Art. 72	221
1. Curador Especial	221
2. Curador Especial e Incapazes.....	221
3. Curador Especial, Prisão e Revelia	221
4. Poderes do Curador Especial	221
5. Curador Especial e Defensoria Pública	222
6. Curador Especial e Ministério Público.....	222
Art. 73	222
1. Capacidade para Estar em Juízo Ativamente dos Cônjuges ou Conviventes	222
2. Capacidade para estar em Juízo Passivamente dos Cônjuges ou Conviventes	223
3. Capacidade para estar em Juízo dos Cônjuges ou Conviventes e Ações Possessórias	223
4. Ausência do Consentimento do Cônjuge ou Convivente	223

5. Preterição da Formação Litisconsorcial Necessária	224
Art. 74	224
1. Suprimento Judicial do Assentimento do Cônjuge.....	224
2. Recusa do Suprimento Judicial.....	224
Art. 75	224
1. Apresentação e Representação.....	225
2. Apresentação das Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno.....	225
3. Apresentação das Pessoas Jurídicas de Direito Privado.....	226
4. Representação dos Entes Despersonalizados.....	226
Art. 76	227
1. Incapacidade Processual e Dever de Dialogar.....	227
2. Consequências da Não Sanação do Defeito.....	227
3. Consequências da Não Sanação do Defeito em Grau Recursal.....	228

Capítulo II

DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES

1. Deveres de Todos os Participantes do Processo.....	228
---	-----

Seção I

Dos Deveres

Art. 77	228
1. Proibição Processual	229
2. Dever de Veracidade	230
3. Dever de Lealdade e de Boa-fé.....	230
4. Dever de Não Formular Alegações Ciente de que Destituídas de Fundamentação	231
5. Dever de Não Produzir Provas ou Praticar Atos Inúteis ou Desnecessários à Declaração ou Defesa do Direito	231
6. Dever de Exato Cumprimento das Decisões Judiciais.....	231
7. Dever de Apresentação e Atualização de Endereço	231
8. Dever de Não Praticar Inovação Ilegal.....	231
9. Dever de Informação e Atualização de Dados Cadastrais.....	232
10. Violação aos deveres.....	232
11. Atos atentatórios ao Exercício da Jurisdição.....	232
12. Ato Atentatório e Dever de Cumprimento das Decisões Judiciais.....	232
13. Sanções do Atentado	233
Art. 78	233
1. Expressões Ofensivas.....	233
2. Sanções Criminais	233
3. Sanções Cíveis para o Advogado	234

Seção II

Da Responsabilidade das Partes por Dano Processual

Art. 79	234
1. Responsabilidade por Dano Processual.....	234
Art. 80	235
1. Rol Exemplificativo.....	235
2. Alegações Desprovidas de Fundamentação.....	235

3. Alteração da Verdade dos Fatos.....	235
4. Uso do Processo para Consecução de Objetivo Ilegal.....	235
5. Resistência Injustificada ao Andamento do Processo.....	235
6. Condução Temerária da Causa.....	236
7. Incidentes Manifestamente Infundados.....	236
8. Interposição de Recurso com Intuito Manifestamente Protelatório.....	236
9. Litigância de Má-fé e Benefício da Gratuidade Judiciária.....	236
Art. 81.....	236
1. Consequências da Má-fé no Processo.....	237
2. Pluralidade de Litigantes de Má-fé.....	237
3. Valor da Indenização.....	237

Seção III

Das Despesas, dos Honorários Advocatícios e das Multas

Art. 82.....	237
1. Ônus de Antecipação de Despesas Judiciais.....	237
2. Despesas Processuais.....	238
3. Justiça Gratuita.....	238
4. Antecipação de Tutela e Despesas Processuais.....	238
5. Condenação nas Despesas Processuais.....	239
6. Princípio da Causalidade.....	239
7. Ministério Público e Despesas Processuais.....	239
Art. 83.....	240
1. <i>Cautio pro Expensis</i>	240
2. Constitucionalidade.....	240
3. Demandante.....	240
4. Qualquer Espécie de Ação.....	241
5. Momento.....	241
6. Benefício da Gratuidade.....	241
7. Dispensa de Caução às Despesas.....	241
8. Reforço de Caução.....	241
9. Caução Espontânea e Caução Forçada.....	241
10. Caução Real e Caução Fidejussória.....	242
Art. 84.....	242
1. Despesas processuais.....	242
Art. 85.....	242
1. Honorários Advocatícios.....	244
2. Fixação da Verba Honorária.....	244
3. Honorários e Fazenda Pública.....	245
4. Honorários a Favor dos Advogados Públicos. Constitucionalidade.....	245
5. Honorários, Cumprimento de Sentença e Execução.....	246
6. Apreciação Equitativa do Juiz.....	247
7. Honorários e Embargos de Terceiros.....	247
8. Honorários Recursais.....	247
9. Honorários e Cessão de Crédito.....	248
10. Honorários e Astreintes.....	248
11. Honorários, Ação Rescisória e Repetibilidade.....	248

Art. 86	248
1. Sucumbência Parcial	248
2. Sucumbência Mínima	249
Art. 87	249
1. Pluralidade de Partes e Despesas Processuais	249
2. Pluralidade de Partes e Sucumbência Parcial	249
Art. 88	249
1. Jurisdição Voluntária e Despesas Processuais	249
Art. 89	249
1. Juízos Divisórios Voluntários e Despesas Processuais	250
Art. 90	250
1. Desistência, Renúncia, Reconhecimento e Despesas Processuais	250
2. Transação e Despesas Processuais	251
Art. 91	251
1. Ministério Público e Despesas Processuais	251
2. Fazenda Pública e Despesas Processuais	251
Art. 92	251
1. Abandono de Causa e Despesas Processuais	252
Art. 93	252
1. Atos Adiados ou Repetidos e Despesas Processuais	252
2. Justo Motivo	252
Art. 94	252
1. Assistência e Despesas Processuais	252
Art. 95	252
1. Adiantamento de Honorários de Perito e de Assistentes Técnicos	253
2. Honorários periciais e Ministério Público	253
3. Honorários Periciais e Gratuidade da Justiça	253
Art. 96	254
1. Sanções à Má-fé e Beneficiários	254
Art. 97	254
1. Fundos de Modernização do Poder Judiciário	254

Seção IV

Da Gratuidade da Justiça

1. Assistência judiciária gratuita	254
Art. 98	254
1. Requisitos da Gratuidade da Justiça	255
2. Pessoa Jurídica e Assistência Judiciária Gratuita	255
3. Instituição Financeira e Gratuidade de Justiça	255
4. Modulação da Gratuidade da Justiça	256
5. Custeio de Prova Pericial e Gratuidade da Justiça	256
Art. 99	256
1. Assistência Judiciária Gratuita e Simples Afirmação de Pessoa Natural	256

2. Pessoa Jurídica e Gratuidade de Justiça	257
3. Duração do Benefício	257
4. Irretroatividade do benefício	257
5. Concessão tácita.....	257
6. Pessoalidade do Benefício	257
7. Recurso no Interesse Exclusivo do Advogado e Gratuidade	257
Art. 100	257
1. Impugnação ao benefício	258
Art. 101	258
1. Gratuidade da Justiça e Recurso	258
2. Suspensividade do recurso.....	258
Art. 102	258
1. Revogação da Gratuidade e Prazo para o Recolhimento das Despesas.....	259

Capítulo III DOS PROCURADORES

Art. 103	259
1. Representação da Parte em Juízo.....	259
2. Advocacia em Causa Própria.....	259
Art. 104	259
1. Capacidade Postulatória e Procuração	259
2. Postulação sem Procuração.....	260
Art. 105	260
1. Procuração e Poderes.....	260
2. Procuração e Assinatura Digital	260
3. Requisitos da Procuração	261
Art. 106	261
1. Ônus do Advogado	261
2. Endereço a ser indicado.....	261
Art. 107	261
1. Direitos do Advogado.....	262

Capítulo IV DA SUCESSÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES

1. Sucessão Processual.....	262
Art. 108	262
1. Estabilidade Subjetiva do Processo	262
Art. 109	263
1. Alienação da Coisa Litigiosa.....	263
2. Legitimidade para Causa	263
3. Eficácia da Sentença.....	263
Art. 110	264
1. Sucessão Processual Necessária	264
2. Morte da Parte e Direitos Personalíssimos	264

Art. 111	264
1. Sucessão de Patronos.....	264
Art. 112	265
1. Denúncia do Mandato.....	265

TÍTULO II DO LITISCONSÓRCIO

1. Litisconsórcio	266
2. Classificação do Litisconsórcio	266
Art. 113	266
1. Fontes do Litisconsórcio	266
2. Litisconsórcio Facultativo.....	267
3. Litisconsórcio Facultativo Multitudinário.....	267
Art. 114	268
1. Litisconsórcio Necessário	268
2. Litisconsórcio Facultativo Unitário.....	268
Art. 115	269
1. Consequências da Não Formação de Litisconsórcio Necessário	269
2. Litisconsórcio Necessário e Ação Rescisória	269
Art. 116	269
1. Litisconsórcio Unitário.....	270
2. Litisconsórcio Unitário e Recurso Interposto por um Litisconsorte.....	270
Art. 117	270
1. Regimes do Litisconsórcio	270
2. Regime Comum.....	270
3. Regime Especial	270
Art. 118	271
1. Condução do Processo	271

TÍTULO III DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

1. Partes e Terceiros.....	272
2. Intervenção de Terceiros	272
3. Intervenção Voluntária e Intervenção Forçada	272

Capítulo I DA ASSISTÊNCIA

1. Assistência.....	272
---------------------	-----

Seção I Disposições Comuns

Art. 119	272
1. Requisitos.....	272
2. Estado do Processo.....	273

Art. 120	273
1. Admissão do Assistente Simples.....	273

Seção II Da Assistência Simples

Art. 121.	274
1. Assistência Simples.....	274
2. Poderes e Ônus do Assistente Simples	274
3. Revelia do Assistido.....	275
Art. 122	275
1. Subordinação do Assistente Simples.....	275
Art. 123	275
1. Eficácia da Assistência Simples.....	275
2. <i>Exceptio Male Gestí Processus</i>	276

Seção III Da Assistência Litisconsorcial

Art. 124	276
1. Assistência “Litisconsorcial”.....	276

Capítulo II DA DENUNCIÇÃO DA LIDE

Art. 125	276
1. Denúnciação da Lide	277
2. Obrigatoriedade da Denúnciação.....	277
3. Litisdenúnciação pelo Demandante e pelo Demandado.....	277
4. Hipóteses de Denúnciação.....	277
5. Cabimento da Denúnciação.....	277
6. Litisdenúnciação Sucessiva.....	278
7. Denúnciação da <i>Lide Per Saltum</i>	278
Art. 126	278
1. Momento Oportuno para Denúnciação.....	278
2. Controle de Ofício.....	278
3. Prazo para a Convocação do Denunciado.....	279
Art. 127	279
1. Denúnciação pelo Demandante e Comparecimento do Denunciado.....	279
Art. 128	279
1. Denúnciação pelo Demandado e Comparecimento do Denunciado.....	280
2. Condenação do Denunciado.....	280
Art. 129	280
1. Decisão Simultânea	280
2. Despesas Processuais	280

Capítulo III DO CHAMAMENTO AO PROCESSO

Art. 130	281
1. Chamamento ao Processo	281
2. Hipóteses	281
3. Cabimento	281
Art. 131	282
1. Momento Oportuno para o Chamamento	282
2. Controle de Ofício	282
3. Citação do Chamado	282
Art. 132	282
1. Eficácia da Decisão	282

Capítulo IV DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Art. 133	283
1. Autonomia da Pessoa Jurídica	283
2. Desconsideração da Personalidade Jurídica	283
3. Desconsideração Inversa	283
4. Pressupostos. Direito Civil. O Código Civil	283
5. Pressupostos. Direito do Consumidor	284
6. Pressupostos. Direito Econômico	284
7. Pressupostos. Direito do Trabalho	284
8. Pressupostos. Direito Tributário	284
9. Desconsideração como “Regra de Exceção”	285
10. Requerimento da Parte ou do Ministério Público e Atuação de Ofício	285
Art. 134	285
1. Cabimento do incidente	285
2. Desconsideração Requerida na Petição Inicial	285
3. Desconsideração Requerida em outro Momento	286
Art. 135	286
1. Contraditório	286
Art. 136	286
1. Decisão e Recurso	286
Art. 137	286
1. Fraude de execução	286

Capítulo V DO AMICUS CURIAE

Art. 138	287
1. <i>Amicus Curiae</i>	287
2. Representatividade Adequada	287
3. Intervenção de Terceiros e <i>Amicus Curiae</i>	287
4. Extensão dos Poderes do <i>Amicus Curiae</i>	288

TÍTULO IV DO JUIZ E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

Capítulo I DOS PODERES, DOS DEVERES E DA RESPONSABILIDADE DO JUIZ

Art. 139	289
1. Direção do Processo	289
2. Deveres na Direção do Processo	290
3. Técnica Executiva Atípica	290
4. STJ. “Subsidiariedade”	290
5. Flexibilização Procedimental	290
6. Colheita do Interrogatório Livre	291
7. Dever de Saneamento	291
8. Outros Deveres na Direção do Processo	291
Art. 140	291
1. Dever de Decidir	292
2. Julgamento do Caso	292
3. Equidade	292
Art. 141	292
1. Princípio da Demanda	292
2. Mérito Processual	293
3. Questões Conhecíveis de Ofício	293
4. Quebra da Congruência entre Pedido e Tutela Jurisdicional	293
Art. 142	293
1. Uso Ilegal do Processo	293
2. Circunstâncias da Causa	293
3. Extinção do Processo sem Resolução de Mérito	293
Art. 143	294
1. Responsabilidade Civil do Juiz	294
2. Notificação ao Juiz	294

Capítulo II DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO

1. Imparcialidade	294
Art. 144	294
1. Impedimentos	295
2. Hipóteses	295
3. Alegação de Impedimento	296
Art. 145	296
1. Suspeições	296
2. Hipóteses	297
3. Alegação de Suspeição	297
4. Suspeição por Motivo Superveniente	297
Art. 146	298
1. Alegação de Impedimento	298
2. Alegação de Suspeição	298

3. Legitimidade	299
4. Prazo	299
5. Qualquer Tempo e Grau de Jurisdição	299
6. Juiz do Processo	299
7. Suspensão	299
Art. 147	300
1. Impedimento no Tribunal	300
Art. 148	300
1. Extensão de Impedimentos e Suspeições.....	300
2. Perito e Intérprete	300
3. Procedimento	301
4. Procedimento nos Tribunais.....	301
5. Impedimento e Suspeição da Testemunha.....	301

Capítulo III

DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

Art. 149	301
1. Auxiliares do Juízo	301
Art. 150	301
1. Ofícios da Justiça	302

Seção I

Do Escrivão, do Chefe de Secretaria e do Oficial de Justiça

Art. 151	302
1. Número de oficiais de justiça.....	302
Art. 152	302
1. Atribuições do Escrivão de Justiça.....	302
2. Impedimento do Escrivão e Substituição para o Ato.....	303
Art. 153	303
1. Ordem Preferencialmente Cronológica de Publicação e Efetivação de Atos Judiciais.....	303
Art. 154	303
1. Atribuições do Oficial de Justiça	304
Art. 155	304
1. Responsabilidade Civil do Escrivão e do Oficial.....	304

Seção II

Do Perito

Art. 156	304
1. Perito	305
2. Escolha do Perito.....	305
3. Escolha do Especialista.....	305
Art. 157	305
1. Dever e Escusa do Perito.....	306
2. Apresentação da Escusa	306

3. Lista de Peritos	306
4. Dever e Escusa do Especialista	306
Art. 158	306
1. Responsabilidade do Perito	306

Seção III

Do Depositário e do Administrador

Art. 159	307
1. Depositário e Administrador	307
Art. 160	307
1. Remuneração	307
2. Preposto	307
Art. 161	307
1. Responsabilidade Civil do Depositário e do Administrador	308

Seção IV

Do Intérprete e do Tradutor

Art. 162	308
1. Intérprete e Tradutor	308
2. Atribuições	308
Art. 163	308
1. Nomeação de Intérprete e de Tradutor	309
Art. 164	309
1. Dever e Escusa	309
2. Responsabilidade do Intérprete e do Tradutor	309
Art. 165	309
1. Conciliação	310
2. Mediação	310
3. Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos	310

Seção IV

Dos Conciliadores e Mediadores Judiciais

Art. 166	310
1. Princípios da Conciliação e da Mediação	310
2. Procedimento	311
Art. 167	311
1. Quadro de Conciliadores e Mediadores	312
2. Capacitação e reciclagem	312
Art. 168	312
1. Escolha do Conciliador ou do Mediador	312
Art. 169	312
1. Remuneração	313
2. Trabalho Voluntário	313

Art. 170	313
1. Impedimento e Suspeição do Conciliador e do Mediador.....	313
2. Arguição de impedimento e suspeição.....	313
Art. 171	313
1. Impossibilidade temporária	313
Art. 172	313
1. Vedação de atuação parcial.	313
Art. 173	314
1. Exclusão do cadastro.....	314
Art. 174	314
1. Mediação e Conciliação Públicas	314
Art. 175	314
1. Outras Formas de Autocomposição	315
2. Câmaras Privadas de Conciliação e Mediação	315

TÍTULO V DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 176	316
1. Papel Constitucional do Ministério Público.....	316
2. Ministério Público e Ações Individuais.....	316
3. Ministério Público Federal e Ministérios Públicos Estaduais	316
Art. 177	316
1. Ministério Público como Parte.....	317
2. Prerrogativas do Ministério Público.....	317
3. Litisconsórcio entre Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual	317
Art. 178	317
1. Ministério Público como <i>Custos Legis</i>	317
2. Ministério Público e Interesse Público Primário	317
Art. 179	318
1. Poderes do Ministério Público como <i>Custos Legis</i>	318
2. Intervenção Obrigatória do Ministério Público e Invalidez Processual.....	318
Art. 180	319
1. Prazo em Dobro.....	319
2. Interesse Público e não Intervenção no Prazo Legal.....	319
Art. 181	319
1. Responsabilidade Civil do Ministério Público	319

TÍTULO VI DA ADVOCACIA PÚBLICA

Art. 182	320
1. Advocacia Pública.....	320
Art. 183	320
1. Prazo e Intimação Pessoal	320

Art. 184	320
1. Responsabilidade Civil do Advogado Público.	320

TÍTULO VII DA DEFENSORIA PÚBLICA

Art. 185	321
1. Função Constitucional da Defensoria Pública.....	321
2. Defensoria Pública e Honorários Sucumbenciais.....	321
Art. 186	321
1. Prazo e Intimação Pessoal	321
Art. 187	322
1. Responsabilidade Civil do Defensor Público.....	322

LIVRO IV DOS ATOS PROCESSUAIS

1. Atos processuais.....	323
--------------------------	-----

TÍTULO I DA FORMA, DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS

1. Forma	324
2. Tempo	324
3. Lugar.....	324

Capítulo I DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS

Seção I Dos Atos em Geral

Art. 188	324
1. Instrumentalidade das Formas	324
2. <i>Fac-símile</i>	325
Art. 189	325
1. Publicidade.....	325
2. Segredo de justiça	325
Art. 190	326
1. Acordos processuais	326
2. Objeto.....	327
3. Controle	327
Art. 191	327
1. Calendário Processual.....	327
2. Violação.....	327
3. Modificação.....	328
Art. 192	328
1. Língua Portuguesa.....	328
2. Documento Redigido em Língua Estrangeira.....	328
3. Tradutor Juramentado	328

Seção II

Da Prática Eletrônica de Atos Processuais

Art. 193	329
1. Prática Eletrônica	329
2. Processo Eletrônico	329
Art. 194	329
1. Processo Justo	329
Art. 195	329
1. Registro.....	329
Art. 196	330
1. Poder Regulamentar	330
Art. 197	330
1. Presunção de Veracidade e Proteção da Confiança	330
2. Justa Causa	330
Art. 198	330
1. Infraestrutura.....	331
Art. 199	331
1. Acessibilidade.....	331

Seção III

Dos Atos das Partes

Art. 200	331
1. Eficácia Imediata dos Atos Processuais	331
Art. 201	331
1. Recibo	332
Art. 202	332
1. Cotas Marginais ou Interlineares	332

Seção IV

Dos Pronunciamentos do Juiz

Art. 203	332
1. Pronunciamentos do Juiz	332
2. Sentenças.....	332
3. Decisões Interlocutórias.....	333
4. Despachos	333
Art. 204	333
1. Acórdãos.....	333
2. Decisões Monocráticas	333
Art. 205	334
1. Autenticidade	334
2. Assinatura Eletrônica.....	334
3. Publicação.....	334

Seção V Dos Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria

Art. 206	334
1. Recebimento da inicial.....	334
2. Autos adicionais e sobreautuação	334
Art. 207	334
1. Numeração e Rubrica.....	335
2. Faculdade.....	335
Art. 208	335
1. Forma Simplificada.....	335
2. Responsabilidade do Serventuário	335
Art. 209	335
1. Autenticidade	336
2. Forma Digital	336
Art. 210	336
1. Taquigrafia, Estenotipia e Outros	336
Art. 211	336
1. Espaços em Branco, Entrelinhas, Emendas e Rasuras.....	336

Capítulo II DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS

Seção I Do Tempo

Art. 212	337
1. Tempo	337
2. Conclusão.....	337
3. Citações, Intimações e Penhoras	337
4. Horário Forense e Horário Bancário.....	337
Art. 213	338
1. Horário Eletrônico	338
Art. 214	338
1. Férias Forenses e Feriados	338
2. Atos Processuais em Feriados.....	338
Art. 215	338
1. Tramitação Ininterrupta.....	339
Art. 216	339
1. Dias Feriados	339

Seção II Do Lugar

Art. 217	339
1. Lugar.....	339

Capítulo III DOS PRAZOS

Seção I Disposições Gerais

1. Prazos	340
2. Classificação	340
3. Alterabilidade	340
4. Fluência e Contagem	340
Art. 218	340
1. Prazos Legais e Prazos Judiciais	340
2. Espera.....	341
3. Dupla Omissão.....	341
4. Tempestividade.....	341
Art. 219	341
1. Contagem Dias Úteis.....	341
2. Suspensão e Interrupção	341
Art. 220	341
1. Recesso Forense	341
Art. 221	342
1. Obstáculo	342
2. Suspensão do Processo	342
3. Autocomposição	342
4. Restituição.....	342
Art. 222	342
1. Prorrogação	342
2. Redução.....	343
Art. 223	343
1. Prazos Próprios e Prazos Impróprios.....	343
2. Preclusão.....	343
3. Direito de Praticar ou Emendar	343
4. Justa causa.....	343
5. Procedimento	344
Art. 224	344
1. Contagem	344
2. Métodos	345
Art. 225	345
1. Renúncia.....	345
Art. 226	345
1. Prazos para o Juiz	345
Art. 227	345
1. Prazos Impróprios e Inexistência de Preclusão Temporal	345
2. Motivo Justificado	346

Art. 228	346
1. Prazos para o Servidor.....	346
Art. 229	346
1. Litisconsórcio	346
2. Processo Eletrônico	346
Art. 230	347
1. Fluência do Prazo	347
Art. 231	347
1. Fluência de Prazo.....	347
2. Correio	348
3. Oficial de Justiça	348
4. Escrivão ou Chefe de Secretaria	348
5. Edital.....	348
6. Eletrônica	348
7. Carta.....	348
8. Diário da Justiça Impresso ou Eletrônico	348
9. Carga.....	348
10. Mensagem Eletrônica	348
11. Pluralidade de Réus e Citação	348
12. Pluralidade de Partes e Intimação	348
13. Ato pessoal da Parte	348
14. Portal Eletrônico.....	349
Art. 232	349
1. Imediatamente Informada	349

Seção II

Da Verificação dos Prazos e das Penalidades

Art. 233	349
1. Verificação dos Prazos.....	349
2. Processo Administrativo	349
Art. 234	350
1. Restituição dos Autos	350
Art. 235	350
1. Excesso de Prazo pelo Juiz	350

TÍTULO II

DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 236	352
1. Cumprimento dos Atos Processuais.....	352
2. Videoconferência.....	352
Art. 237	352
1. Expedição de Cartas	352
2. Carta de Ordem.....	353

3. Carta Rogatória	353
4. Carta Precatória	353
5. Carta Arbitral	353
6. Inexistência de Juízo Federal	353

Capítulo II DA CITAÇÃO

Art. 238	353
1. Citação	354
2. Prazo	354
3. Audiência	354
4. Defesa	354
5. Atitudes	354
Art. 239	355
1. Validade do Processo	355
2. Inexistência	355
3. Invalidade	355
4. Rejeição	355
Art. 240	356
1. Efeitos	356
2. Litispendência	356
3. Litigiosidade da Coisa	356
4. Constituição em Mora	356
5. Interrupção da Prescrição	357
6. Dinâmica da Citação	357
7. Demais Prazos Extintivos	357
Art. 241	358
1. Comunicação	358
Art. 242	358
1. Pessoaalidade e Pessoa Física	358
2. Pessoaalidade e Pessoa Jurídica	358
3. Réu Ausente	358
4. Réu Locador Ausente	359
5. Fazenda Pública	359
Art. 243	359
1. Lugar da Citação	359
2. Citação do Militar	359
Art. 244	359
1. Vedação à Citação	360
Art. 245	360
1. Réu Mentalmente Incapaz ou Impossibilitado	360
2. Procedimento	360
Art. 246	360
1. Modalidades	361
2. Meio Eletrônico	362
3. Cadastro Eletrônico	362

4. Usucapião	362
Art. 247	362
1. Meio Eletrônico e Correio	363
2. Exceções	363
Art. 248	363
1. Procedimento	364
2. Recebimento.....	364
Art. 249	364
1. Oficial de Justiça	364
Art. 250	364
1. Mandado	365
Art. 251	365
1. Procedimento	365
Art. 252	366
1. Hora certa.....	366
2. Procura do Citando.....	366
3. Suspeita de Ocultação	366
4. Pessoa Intimada	366
5. Dia Útil Imediato.....	367
Art. 253	367
1. Efetivação.....	367
2. Ultimação	367
3. Revelia.....	367
Art. 254	368
1. Comunicação.....	368
Art. 255	368
1. Contíguas	368
Art. 256	368
1. Edital.....	368
2. Desconhecido ou Incerto	369
3. Ignorado, Incerto ou Inacessível	369
4. Dever de Auxílio	369
5. Outros Casos	369
6. Divulgação.....	369
7. Revelia.....	370
Art. 257	370
1. Pressupostos	370
2. Requisitos	370
3. Procedimento	370
4. Prazo de Espera e Prazo de Resposta.....	371
Art. 258	371
1. Alegação Dolosa	371
Art. 259	371
1. Editais necessários	371

Capítulo III DAS CARTAS

Art. 260	372
1. Requisitos Essenciais	372
2. Requisitos Eventuais.....	372
Art. 261	372
1. Cumprimento.....	373
2. Diligência	373
Art. 262	373
1. Itinerante.....	373
Art. 263	373
1. Meio Eletrônico.....	373
2. Outros Meios.....	374
Art. 264	374
1. Resumo Substancial.....	374
Art. 265	374
1. Telefone.....	374
Art. 266	374
1. De Ofício.....	374
Art. 267	375
1. Recusa.....	375
2. Requisitos	375
3. Incompetência Absoluta	375
4. Autenticidade	376
5. Irresignação em Face do Ato Praticado	376
6. Decisão Fundamentada.....	376
Art. 268	376
1. Devolução.....	376

Capítulo IV DAS INTIMAÇÕES

Art. 269	376
1. Intimação	376
2. Modalidades.....	377
Art. 270	377
1. Meio Eletrônico.....	377
2. Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia Pública.....	377
Art. 271	377
1. De Ofício.....	377
Art. 272	378
1. Publicação	378
2. Indicação Específica	379
3. Carga dos Autos.....	379

4. Preposto.....	379
5. Invalidez ou Ineficácia	379
Art. 273	379
1. Escrivão ou Chefe de Secretaria	379
Art. 274	380
1. Correio, Cartório ou Secretaria	380
2. Endereço	380
Art. 275	380
1. Oficial de Justiça	380
2. Certidão.....	380
3. Hora certa.....	380
4. Edital.....	381

TÍTULO III DAS NULIDADES

1. Forma e Invalidez.....	382
2. Invalidez Processuais	382
3. Teorias sobre Invalidez Processuais.....	382
4. Invalidez Processuais e Colaboração	382
Art. 276	383
1. Proibição do <i>Venire contra Factum Proprium</i>	383
Art. 277	383
1. Finalidade.....	383
Art. 278	383
1. Alegação	383
2. “Nulidade de Algibeira”.....	384
Art. 279	384
1. Ministério Público.....	384
2. Alcance.....	385
Art. 280	385
1. Citações e intimações.....	385
Art. 281	385
1. Projeção	385
2. Decorrente.....	385
3. Parcial	385
4. Redução Eficacial	386
Art. 282	386
1. Extensão e Providências.....	386
2. <i>Pas de Nullité Sans Grief</i>	386
3. Mérito	386
Art. 283	386
1. Erro de Forma.....	386
2. Atos Necessários.....	387
3. Prejuízo à Ampla Defesa e ao Contraditório	387

**TÍTULO IV
DA DISTRIBUIÇÃO E DO REGISTRO**

Art. 284	388
1. Registro	388
2. Distribuição	388
3. Critérios	388
Art. 285	388
1. Alternada	388
Art. 286	388
1. Dependência	389
2. Prevenção e Reiteração da Demanda	389
3. Anotação	389
Art. 287	389
1. Procuração	390
2. Dispensa	390
Art. 288	390
1. Distribuidor	390
2. Juiz	390
Art. 289	390
1. Fiscalização	390
Art. 290	391
1. Cancelamento	391

**TÍTULO V
DO VALOR DA CAUSA**

1. Valor da Causa	392
2. Relevância	392
3. Fixação	392
4. Requerimento da Parte e Conhecimento de Ofício	392
Art. 291	392
1. Valor Certo	392
2. Pedido Genérico	392
3. Ausência	393
Art. 292	393
1. Fixação Legal	393
2. Tutela Ressarcitória	393
3. Existência, Validade, Cumprimento, Modificação, Resolução, Resilição ou Rescisão de Negócio Jurídico	394
4. Alimentos	394
5. Divisão, Demarcação e Reivindicação	394
6. Tutela Reparatória	394
7. Cumulação	394
8. Cumulação Simples e Cumulação Sucessiva	395
9. Cumulação Alternativa	395
10. Pedido Alternativo	395
11. Vencidas e Vincendas	395

12. De Ofício.....	395
13. Casuística.....	395
Art. 293	396
1. Preliminar de Contestação	396

LIVRO V
DA TUTELA PROVISÓRIA

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 294	398
1. Do Processo Cautelar à Parte Geral	398
2. Dos Provimentos Cautelares à Técnica Antecipatória	398
3. Técnica Antecipatória e Tutela dos Direitos	398
4. Tutelas Provisórias	399
5. Antecedente ou Incidental	399
6. Requerimento da Parte	399
7. Recurso Cabível	399
8. Recurso Especial, Recurso Extraordinário e Tutela Provisória	400
9. Fungibilidade.....	401
Art. 295	401
1. Despesas Processuais	401
Art. 296	401
1. Provisoriedade	401
2. Identidade Parcial ou Total.....	402
3. Referibilidade da Tutela Cautelar à Tutela Satisfativa.....	402
4. Revogação, Modificação e Novo Pedido.....	402
5. Suspensão	402
Art. 297	402
1. Técnica Executiva: da Rigidez à Maleabilidade	402
2. Adequação da Técnica Executiva para Efetivação da Tutela.....	403
Art. 298	403
1. Fundamentação	404
2. Claro e Preciso	404
Art. 299	404
1. Competência	404
2. Competência nos Recursos	404
3. Disposição Especial	404

TÍTULO II
DA TUTELA DE URGÊNCIA

Capítulo I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 300	405
1. Tutela de Urgência.....	405

2. Atipicidade	405
3. Probabilidade do Direito	405
4. Probabilidade do Direito e Fatos de Causa	405
5. Probabilidade do Direito e Direito Invocado	406
6. Perigo na Demora	406
7. Caução	407
8. Momento	407
9. Irreversibilidade	407
Art. 301	407
1. Tutela cautelar	407
Art. 302	408
1. Responsabilidade pelo dano oriundo da tutela de urgência	408
2. Liquidação	408
3. Valores recebidos em antecipação de tutela, responsabilidade objetiva e repetibilidade ...	409

Capítulo II DO PROCEDIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE

Art. 303	409
1. Autonomização da antecipação da tutela	410
2. Urgência contemporânea	410
3. Tutela satisfativa de urgência	410
4. Procedimento	410
Art. 304	410
1. Estabilização da antecipação da tutela	411
2. Ônus de recorrer	411
3. Ação exauriente	411
4. Petição inicial da ação antecedente	412
5. Eficácia da decisão	412
6. Inconstitucionalidade da previsão de coisa julgada	412

Capítulo III DO PROCEDIMENTO DA TUTELA CAUTELAR REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE

Art. 305	413
1. Tutela cautelar preparatória	413
2. Petição inicial	413
3. Liminar cautelar	413
Art. 306	413
1. Contestação	414
Art. 307	414
1. Revelia	414
2. Procedimento comum	414
Art. 308	414
1. Referibilidade	414

2. Procedimento	415
Art. 309	415
1. Cessação de eficácia	415
2. Renovação do pedido	415
Art. 310.	416
1. Ausência de coisa julgada sobre o direito acautelado	416
2. Prescrição ou decadência	416

TÍTULO III DA TUTELA DA EVIDÊNCIA

Art. 311	417
1. Tutela da evidência	417
2. Defesa inconsistente	417
3. Precedentes	417
4. Contrato de depósito	417
5. Prova contrária	418
6. Momento	418

LIVRO VI DA FORMAÇÃO, DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO

TÍTULO I DA FORMAÇÃO DO PROCESSO

Art. 312	420
1. Formação do processo	420
2. Propositura da ação	420
3. Efeitos	420

TÍTULO II DA SUSPENSÃO DO PROCESSO

Art. 313	421
1. Suspensão do processo	422
2. Hipóteses	422
3. Morte ou perda da capacidade processual da parte	422
4. Omissão no ajuizamento da ação de habilitação	423
5. Morte ou perda da capacidade processual do representante da parte	423
6. Morte ou perda da capacidade processual do procurador	423
7. Convenção das partes	423
8. Impedimento e suspeição	423
9. Demandas repetitivas	423
10. Sentença de mérito	424
11. Força maior	424
12. Tribunal marítimo	424
13. Suspensão por maternidade ou paternidade	424
Art. 314	424
1. Vedação	425
2. Urgência	425

Art. 315	425
1. Prejudicialidade externa penal.....	425
2. Ação penal não exercida	425

TÍTULO III DA EXTINÇÃO DO PROCESSO

Art. 316	426
1. Extinção do processo	426
Art. 317	426
1. Dever de prevenção.....	426

PARTE ESPECIAL

LIVRO I

DO PROCESSO DE CONHECIMENTO E DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

1. Processo de conhecimento e processo de execução.....	427
2. Conhecimento e execução.....	427
3. Conhecimento.....	427
4. Cumprimento de sentença	428

TÍTULO I DO PROCEDIMENTO COMUM

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 318	429
1. Procedimento e tutela jurisdicional dos direitos.....	429
2. Procedimento comum e procedimentos diferenciados de jurisdição contenciosa	429
3. Comparação	429
4. Procedimento comum e procedimentos diferenciados de jurisdição voluntária.....	430
5. Comparação	430
6. Procedimento comum.....	430
7. Fases	430
8. Subsidiariedade.....	431

Capítulo II DA PETIÇÃO INICIAL

Seção I Dos Requisitos da Petição Inicial

Art. 319	431
1. Petição inicial	431
2. Juízo	432
3. Partes	432
4. Causa de pedir	432
5. Comunidade Argumentativa de Trabalho.....	433
6. Ônus de alegar e dever de decidir	433
7. Normas jurídicas e relação com o caso	434
8. Termos vagos.	434

9. Princípios, regras e postulados	434
10. Pedido	434
11. Pedido e tutela do direito.....	435
12. Revisão de empréstimo, financiamento ou alienação de bens	435
13. Valor da causa	435
14. Provas	435
15. Citação	436
16. Opção pela audiência	436
Art. 320	436
1. Indispensáveis.....	436
2. Úteis	436
3. Requisição de documentos ao réu.....	436
Art. 321	437
1. Emenda	437
2. Não intimação para correção e nulidade da decisão.....	437
3. Indicação precisa.....	438
4. Indeferimento.....	438
5. Comunicação do indeferimento da petição inicial ao réu	438
Seção II	
Do Pedido	
Art. 322	438
1. Pedido certo.....	438
2. Pedidos implícitos	438
3. Juros e Fazenda Pública.....	439
4. Juros de mora e obrigação de dar coisa certa.....	439
5. Correção Monetária e Fazenda Pública.....	439
6. Interpretação	439
7. Cobrança de Cheque, Juros e Correção Monetária	440
Art. 323	440
1. Prestações sucessivas	440
2. Exigibilidade	441
3. Condenação para o futuro e pedido com função preventiva	441
4. Prestações vincendas e cumprimento de sentença.....	441
5. Valor da causa	441
Art. 324	441
1. Pedido genérico	441
2. Ações universais.....	442
3. Impossibilidade de determinação.....	442
4. Dependência de ato do réu	442
5. Indenização e pedido genérico	442
Art. 325	443
1. Pedido alternativo	443
2. Pedido alternativo e cumulação alternativa	443
3. Concentração.....	443
4. Valor da causa	444

Art. 326	444
1. Cumulação alternativa	444
2. Cumulação sucessiva	444
3. Valor da causa	444
4. Cumulação alternativa e sucumbência	445
Art. 327	445
1. Cumulação simples	445
2. Admissibilidade	445
3. Pedidos compatíveis	446
4. Juízo competente	446
5. Mesmo procedimento	446
6. Oportunidade	446
7. Valor da causa	447
8. Despesas processuais	447
9. Concorrência interior do pedido	447
Art. 328	447
1. Obrigação indivisível	447
Art. 329	448
1. Estabilidade do processo	448
2. Adição	448
3. Modificação	448
4. Correção do polo passivo antes da citação	448
5. Inexistência de alteração	449
6. Fato superveniente	449
Art. 330	449
1. Indeferimento	450
2. Inépcia	450
3. Ilegitimidade e interesse	450
4. Motivos formais	450
5. Momento	451
6. Revisão de empréstimo, financiamento ou alienação	451
Art. 331	451
1. Apelação. Indeferida a petição inicial, pode o autor apelar	451
2. Retratação	451
3. Processamento	451
4. Urgência	451

Capítulo III

DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO

Art. 332	452
1. Improcedência liminar	452
2. Precedente e jurisprudência	453
3. Prévio diálogo	453
4. Apelação	454
5. Improcedência liminar parcial	454

Capítulo IV
DA CONVERSÃO DA AÇÃO INDIVIDUAL
EM AÇÃO COLETIVA

Art. 333.	454
------------------------	-----

Capítulo V
DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO
OU DE MEDIAÇÃO

Art. 334	454
1. Citação para audiência	455
2. Conciliador ou mediador	455
3. Princípios.....	455
4. Realização da audiência	456
5. Pauta de audiências	456
6. Não comparecimento.....	456
7. Autocomposição	456

Capítulo VI
DA CONTESTAÇÃO

1. Direito de defesa	457
2. Atitudes do réu	457
3. Contestação	457
Art. 335	458
1. Prazo	458
2. Prazo para a contestação e litisconsórcio passivo.....	458
3. Litisconsórcio passivo e não realização da audiência de conciliação.....	458
4. Prazo para a contestação e desistência da ação em relação a réu não citado	458
Art. 336	458
1. Toda a matéria de defesa	459
2. Defesas processuais e defesas materiais.....	459
3. Coerência da defesa.....	460
4. Prova	460
Art. 337	460
1. Ordem	461
2. Citação	461
3. Incompetência absoluta e relativa.....	461
4. Valor da causa	461
5. Inépcia.....	461
6. Perempção	462
7. Litispêndência	462
8. Coisa julgada	462
9. Conexão.....	462
10. Incapacidade processual	462
11. Convenção de arbitragem	463
12. Ilegitimidade e interesse.....	463
13. Caução ou prestação preliminar	463
14. Benefício da gratuidade.....	463

15. De ofício	464
16. Preferência	464
17. Tríplíce identidade	464
18. Relação jurídica base	464
Art. 338	465
1. Alegação de ilegitimidade	465
2. Alteração	465
Art. 339	465
1. Extromissão	466
2. Litisconsórcio	466
Art. 340	466
1. Alegação de incompetência	466
2. Suspensão da audiência	466
3. Decisão	467
Art. 341	467
1. Impugnação específica	467
2. Funções	467
3. Autor e réu	468
4. Presunção de veracidade e confissão	468
5. Litisconsórcio	468
6. Exclusões	468
7. Direitos indisponíveis	468
8. Prova substancial	468
9. Contradição em seu conjunto	469
10. Defensor público, advogado dativo e curador especial	469
11. Julgamento imediato parcial e antecipação da tutela fundada na evidência	469
Art. 342	469
1. Novas alegações	469
2. Direito ou fato supervenientes	469
3. Ciência superveniente de fato velho	470
4. De ofício	470
5. Qualquer tempo	470
Art. 343	470
1. Reconvenção	471
2. Cabimento	471
3. Condições gerais	471
4. Legitimidade	471
5. Litisconsórcio	472
6. Interesse processual	472
7. Condições específicas	472
8. Conexão	472
9. Processo pendente	473
10. Competência	473
11. Procedimento	473
12. Indeferimento	473
13. Intimação	473
14. <i>Reconventio reconventionis</i>	473
15. Revelia	474

16. Autonomia.....	474
17. Julgamento	474
18. Despesas processuais.....	474
19. Reconvenção por curador especial.....	474

Capítulo VIII DA REVELIA

Art. 344	474
1. Revelia.....	475
2. Efeitos	475
3. Efeito material.....	475
4. Efeito material e igualdade substancial.....	475
5. Advertência	475
Art. 345	476
1. Pluralidade de réus	476
2. Direito indisponível	476
3. Prova substancial.....	476
4. Inverossímeis ou contraditórias com a prova.....	477
Art. 346	477
1. Efeito processual.....	477
2. Atos pessoais.....	477
3. Intimação do revel e cumprimento de sentença	477
4. Participação do revel	478

Capítulo IX DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E DO SANEAMENTO

1. Providências preliminares	478
2. Organização do processo.....	478
Art. 347	478
1. Conforme o caso.....	478
2. Casos	478

Seção I Da Não Incidência dos Efeitos da Revelia

Art. 348	479
1. Ineficácia material da revelia	479
2. Prova documental	479
Art. 349	479
1. Provas	479

Seção II Do Fato Impeditivo, Modificativo ou Extintivo do Direito do Autor

Art. 350	479
1. Defesa indireta de mérito	479
2. Provas	480
3. Ônus de impugnação específica.....	480

Seção III Das Alegações do Réu

Art. 351	480
1. Preliminares.....	480
Art. 352	481
1. Vícios sanáveis	481
2. Dever de prevenção.....	481
Art. 353	481
1. Prosseguimento	481

Capítulo X DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO

1. Julgamento conforme o estado do processo	482
---	-----

Seção I Da Extinção do Processo

Art. 354	482
1. Extinção do processo	482
2. Recurso.....	482

Seção II Do Julgamento Antecipado do Mérito

Art. 355	482
1. Julgamento imediato do mérito	483
2. Cabimento.....	483
3. Julgamento imediato e ônus da prova	483
4. Direito à prova e julgamento imediato.....	483

Seção III Do Julgamento Antecipado Parcial do Mérito

Art. 356	484
1. Julgamento imediato parcial do mérito.....	485
2. Quebra do dogma da unidade e unicidade	485
3. Cabimento.....	485
4. Liquidação ou execução	485
5. Autos suplementares	485
6. Agravo de instrumento	485
7. Honorários de sucumbência.....	486

Seção IV Do Saneamento e da Organização do Processo

Art. 357	486
1. Do despacho saneador à organização em colaboração com as partes	487
2. Saneamento compartilhado.....	487
3. Organização do processo.....	488
4. Por escrito	488

5. Em audiência.....	488
6. Consensual.....	489
7. Organização retrospectiva.....	489
8. Organização prospectiva.....	489
9. Meios de prova.....	489
10. Rol de testemunhas.....	490
11. Prova pericial.....	490
12. Ônus da prova.....	490
13. Questões de direito relevantes.....	490
14. Pautas de audiência.....	491
15. Recurso especial e saneamento.....	491

Capítulo XI DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Art. 358	491
1. Início.....	491
2. Decisões.....	491
Art. 359	491
1. Conciliação.....	491
2. Meios alternativos de solução das controvérsias.....	491
Art. 360.	491
1. Poder de polícia.....	492
2. Direção dos trabalhos.....	492
Art. 361	492
1. Ordem de produção da prova.....	492
2. Prova oral.....	493
3. Inobservância.....	493
Art. 362.	493
1. Adiamento.....	493
2. Dispensa de prova.....	493
3. Indeferimento.....	494
Art. 363	494
1. Antecipação ou adiamento.....	494
Art. 364	494
1. Debates orais.....	494
2. Memoriais.....	494
Art. 365	495
1. Una e contínua.....	495
Art. 366	495
1. Prazo impróprio.....	495
2. Prolação de sentença.....	495
Art. 367	495
1. Termo de audiência.....	496
2. Gravação.....	496

Art. 368	496
1. Publicidade.....	496
2. Segredo de justiça	496

Capítulo XII DAS PROVAS

1. Prova.....	496
2. Prova e Direito Probatório	497
3. Direito Fundamental à Prova no Processo Civil	497

Seção I Das disposições gerais

Art. 369	497
1. Prova e Verdade.....	497
2. Prova Típica e Prova Atípica	497
3. Direito das partes	497
4. Prova Ilícita.....	497
5. Prova Ilícita por Contaminação.....	498
Art. 370	499
1. Poderes Instrutórios do Juiz	499
2. Diligências Inúteis ou Meramente Protelatórias	499
3. Oitiva de Testemunha de Ofício.....	500
4. Poderes instrutórios do juiz e tutela coletiva	500
Art. 371	500
1. Apreciação da Prova.....	500
2. Modelos de Apreciação da Prova.....	501
3. Constância dos Autos	501
4. Forma dos Atos Jurídicos de Direito Material	501
5. Valoração da Prova Pericial e Formação do Convencimento Judicial	501
6. Juiz como destinatário da prova	502
Art. 372	502
1. Prova emprestada.....	502
2. Intercepção telefônica emprestada do processo penal	503
3. Prova emprestada e processos entre as mesmas partes	503
4. Prova emprestada e contraditório	503
5. Prova emprestada e compartilhamento de provas do Poder Público.....	503
Art. 373	504
1. Ônus da Prova.....	504
2. Dupla Finalidade	504
3. Como Regra de Instrução	505
4. Como Regra de Julgamento	505
5. Distribuição Fixa e Distribuição Dinâmica	505
6. Condicionantes Materiais da Distribuição Dinâmica.....	506
7. Condicionantes Processuais da Distribuição Dinâmica.....	506
8. Inversão do Ônus da Prova.....	506
9. Convenção sobre o Ônus da Prova	507
10. Convenção sobre Ônus de Prova e Relação de Consumo	508
11. Convenção Judicial e Extrajudicial sobre Ônus de Prova	508

12. Convenção sobre Ônus da Prova e Negócios Processuais.....	508
13. Redistribuição do ônus da prova e recurso	508
14. Ônus da prova e fraude à execução.	508
15. Ônus da prova e cerceamento de defesa	509
Art. 374	509
1. Independência de Prova	509
2. Ônus de Provar e Ônus de Alegar.....	509
3. Fato Notório	510
4. Prova da Notoriedade	510
5. Fato Confessado	510
6. Fatos Incontroversos	510
7. Presunção Legal.....	510
Art. 375	511
1. Máximas de Experiência	511
2. Regras de Experiência Comum.....	511
3. Regras de Experiência Técnica	511
4. Prova Pericial	511
5. Aplicação.....	512
6. Controle	512
Art. 376	512
1. Prova do Direito.....	512
2. Direito Estadual, Municipal e Estrangeiro	512
3. Direito Consuetudinário.....	513
4. Direito Internacional	513
5. Alegação de direito e admissão de recursos extraordinários.....	513
Art. 377	513
1. Carta Probatória	513
2. Suspensão do Processo	513
3. Julgamento Final	514
Art. 378	514
1. Colaboração.....	514
2. Sanção	514
3. Regras de Exclusão	515
Art. 379	515
1. Colaboração das Partes	515
2. Direito de não produzir prova contra si.....	515
3. Coerção	515
4. Consequências.....	516
Art. 380	516
1. Colaboração de Terceiros	516
2. Comparecer e Informar.....	516
3. Exibir.....	517
4. Consequências.....	517
5. Contraditório.....	517

Seção II

Da Produção Antecipada da Prova

Art. 381	517
1. Asseguração de Prova.....	518
2. Interesse na Asseguração de Prova	518
3. Cognição na Ação de Asseguração de Prova.....	519
4. Competência	519
5. Prevenção	519
6. Interrupção da Prescrição.....	519
7. Provas que podem ser colhidas antecipadamente.....	519
8. Prova Oral	520
9. Prova Pericial	520
10. Prova documental	520
11. Dispensa de Propositura de Ação Principal.....	521
12. Honorários Advocatícios	521
13. Arrolamento	521
14. Justificação.....	521
Art. 382	522
1. Petição Inicial	522
2. Liminar	522
3. Direito de Defesa.....	522
4. Asseguração de prova sem caráter contencioso	522
5. Audiência	522
6. Asseguração de Prova Pericial	523
7. Cumulação de colheita de provas.....	523
8. Recurso.....	523
Art. 383	523
1. Certidões	523

Seção III

Da Ata Notarial

Art. 384	523
1. Ata notarial.....	524
2. Imagens e sons registrados em arquivos eletrônicos	524
3. Limites à ata notarial.....	524

Seção IV

Do Depoimento Pessoal

1. Interrogatório Livre e Depoimento da Parte	524
Art. 385	524
1. Depoimento da Parte	524
2. Pluralidade de Partes no Mesmo Polo	525
3. Colheita da prova em outro foro.....	525
4. Procedimento do Depoimento da Parte	525
5. Publicidade Mediata	526
6. Confissão ficta e presunção relativa	526

Art. 386	526
1. Recusa em Depor	526
2. Motivo Justificado	527
3. Emprego de Evasivas	527
Art. 387	527
1. Pessoal e Oral	527
2. Pessoa Jurídica e Absolutamente Incapaz	527
3. Notas Breves	528
4. Procedimento	528
Art. 388	528
1. Direito de Recusa	528
2. Fatos Criminosos ou Fatos Torpes Imputados à Parte	529
3. Dever de Sigilo	529
4. Desonra própria ou alheia	529
5. Perigo de vida	529
6. Imprescindibilidade do Depoimento	529

Seção V Da Confissão

Art. 389	529
1. Confissão	529
2. Capacidade	530
3. Consequências	530
4. Judicial ou Extrajudicial	530
Art. 390	530
1. Confissão Judicial	530
2. Espontânea ou Provocada	531
3. Escrita ou Oral	531
4. Procurador	531
Art. 391	531
1. Confitente e Sucessores	532
2. Confissão e Litisconsórcio Simples	532
3. Confissão e Litisconsórcio Unitário	532
Art. 392	532
1. Direitos Indisponíveis	532
2. Incapacidade	532
3. Estatuto da Pessoa com Deficiência	532
4. Extrapolação do mandato	532
Art. 393	532
1. Anulação	533
2. Causas	533
3. Anulatória	533
4. Legitimidade	533
Art. 394	533
1. Confissão Extrajudicial	533
2. Eficácia da Confissão Extrajudicial Escrita	533

3. Eficácia da Confissão Extrajudicial Oral.....	533
4. Terceiro ou sem Direção Específica.....	534
5. Prova Literal.....	534
Art. 395	534
1. Indivisibilidade.....	534
2. Simples ou Complexa.....	534
3. Divisibilidade.....	534
4. Faculdade.....	534

Seção VI

Da Exibição de Documento ou Coisa

1. Âmbito.....	535
Art. 396	535
1. Exibição.....	535
2. Multa Coercitiva e Multa Sancionatória.....	535
3. Busca e Apreensão.....	536
4. Documento ou Coisa.....	536
Art. 397	536
1. Pedido.....	536
2. Individualização.....	536
3. Categoria de documentos ou de coisas.....	536
4. Finalidade.....	536
5. Circunstâncias.....	537
6. Interesse na Exibição.....	537
Art. 398	537
1. Intimação.....	538
2. Resposta.....	538
3. Prova.....	538
Art. 399	538
1. Recusa.....	538
Art. 400	539
1. Decisão.....	539
2. Não Exibição.....	539
3. Medidas de apoio.....	540
4. Tema 1.000/STJ.....	540
Art. 401	540
1. Ação de Exibição.....	540
2. Exibição de Ofício.....	540
3. Decisão.....	541
Art. 402	541
1. Defesa.....	541
Art. 403	541
1. Recusa à Exibição.....	541
2. Responsabilidade Penal.....	542
3. Medidas de apoio.....	542

Art. 404	542
1. Escusas	542
2. Família.....	542
3. Honra	543
4. Perigo de Ação Penal	543
5. Sigilo	543
6. Motivos Graves.....	543
7. Exibição Parcial	543

Seção VII

Da Prova Documental

1. Prova Documental e Conceito de Documento.....	543
2. Prova Documental e Prova Documentada.....	544
3. Prova Documental e Prova Escrita	544

Subseção I

Da Força Probante dos Documentos

Art. 405	544
1. Documento Público.....	544
2. Fatos	544
Art. 406	545
1. Prova Substancial.....	545
2. Local da Realização do Ato	545
3. Lei ou Negócio Jurídico	545
Art. 407	545
1. Documento Público Irregular	545
2. Atribuição de Eficácia de Documento Particular.....	546
3. Exigência de Prova Substancial	546
Art. 408	546
1. Documento Particular.....	546
2. Autoria Intelectual e Autoria Material	546
3. Presunção	546
4. Prova da Ciência e Prova do Fato	546
5. Documentos Constitutivos e Documentos Narrativos	547
Art. 409	547
1. Data.....	547
2. Dúvida.....	547
Art. 410	548
1. Autoria e Subscrição	548
2. Autoria e Ausência de Subscrição.....	548
Art. 411	548
1. Autenticidade e Veracidade.....	548
2. Reconhecimento de Firma.....	548
3. Presunção de Autenticidade.....	548
4. Documento Particular Autenticado	549
5. Documento Particular Não Autenticado.....	549
6. Autenticação por outros meios	549

7. Autenticidade e não impugnação	549
Art. 412	549
1. Eficácia Probatória do Documento Particular	549
2. Indivisibilidade	549
Art. 413	550
1. Transmissão de Informações	550
2. Assinatura	550
3. Reconhecimento de Firma	550
Art. 414	550
1. Conforme com o Original	550
2. Terceiro	550
Art. 415	550
1. Declaração Contrária	551
2. Documento Não Assinado	551
3. Carta e Registro Doméstico	551
4. Informalidade	551
5. Título	551
6. Conhecimento de Fatos	551
Art. 416	551
1. Nota Escrita	552
Art. 417	552
1. Livros Comerciais	552
2. Contra o seu Autor e Sucessores	552
3. Presunção	552
Art. 418	552
1. Livros Comerciais Regulares	552
2. Entre Empresários	553
3. Entre Empresário e Não Empresário	553
4. Presunção	553
Art. 419	553
1. Indivisibilidade	553
2. Divisibilidade	553
3. Fatos Favoráveis e Fatos Desfavoráveis	553
Art. 420	554
1. Sigilo Empresarial	554
2. Exibição Integral de Escritos Comerciais	554
3. Não Exibição	554
4. Terceiro	554
Art. 421	554
1. Exibição Parcial de Escritos Comerciais	555
2. Terceiro	555
Art. 422	555
1. Reprodução Mecânica	555
2. Cópia	556
3. Conformidade	556

4. Impugnação.....	556
5. Fotografia comum e digital	556
6. Jornal.....	556
7. Mensagem eletrônica (e-mail)	557
Art. 423	557
1. Cópia.....	557
2. Dúvida.....	557
Art. 424	557
1. Valor Probante das Cópias	557
2. Impugnação.....	557
3. Documentos digitalizados e extratos digitais.....	558
Art. 425	558
1. Mesma Eficácia	558
2. Preservação	558
3. Juntada	559
4. Cópias digitais	559
Art. 426	559
1. Entrelinha, Emenda, Borrão ou Cancelamento.....	559
2. Ponto Substancial	559
3. Ressalva	559
4. Alteração Maliciosa	559
Art. 427	559
1. Cessação de Eficácia	560
2. Falsidade Material	560
3. Formação de Documento Não Verdadeiro	560
4. Alteração de Documento Verdadeiro	560
Art. 428	560
1. Cessação de Eficácia de Documento Particular.....	560
2. Assinatura	560
3. Documento em Branco.....	561
4. Abuso no Preenchimento.....	561
Art. 429	561
1. Falsidade de Documento.....	561
2. Impugnação de Autenticidade	561
 <i>Subseção II</i> <i>Da Arguição de Falsidade</i> 	
Art. 430	561
1. Declaração de Falsidade.....	562
2. Incidente Processual e Ação Incidental	562
3. Objeto	562
4. Cabimento.....	562
5. Legitimidade	563
6. Prazo	563
7. Perante o Tribunal.....	563
8. Preclusão.....	563

Art. 431	563
1. Ação Incidental.....	563
2. Petição	563
Art. 432	564
1. Intimação	564
2. Resposta	564
3. Prova.....	564
4. Documento Original	564
5. Concordância e Desentranhamento	564
6. Não produção da prova pericial	564
Art. 433	564
1. Decisão.....	565
2. Coisa Julgada	565
3. Despesas Processuais	565

Subseção III
Da Produção da Prova Documental

Art. 434	565
1. Prova Documental e Documentos Indispensáveis	565
2. Preclusão	566
3. Justa Causa	566
4. Poder de Terceiro	566
5. Produção da prova cinematográfica ou fonográfica.....	566
Art. 435	566
1. Documentos Novos	566
2. Outras Hipóteses.....	567
3. Preclusão	567
Art. 436	567
1. Conteúdo do Contraditório	567
Art. 437	568
1. Contraditório.....	568
2. Invalidade	568
3. Prazo para manifestação.....	568
Art. 438	568
1. Requisição	569
2. Requisitos	569
3. Momento.....	569
4. Descumprimento.....	569
5. Certidões e Reproduções Fotográficas	570
6. Meio Eletrônico.....	570

Seção VIII
Dos Documentos Eletrônicos

Art. 439	570
1. Processo convencional e conversão de documento eletrônico.....	570
2. Ausência de autenticação	570

3. Lei da Liberdade Econômica.....	570
Art. 440	570
1. Não conversão.....	571
Art. 441	571
1. ICP-Brasil.....	571
2. Outras leis.....	571

Seção IX

Da Prova Testemunhal

Subseção I

Da Admissibilidade e do Valor da Prova Testemunhal

Art. 442	571
1. Prova Testemunhal.....	571
2. Objeto	572
3. Admissibilidade.....	572
4. Inadmissibilidade da prova testemunhal.....	572
Art. 443	572
1. Prova Documental ou Confissão.....	572
2. Prova Substancial ou Prova Pericial.....	572
3. Modo Diverso.....	572
Art. 444	573
1. Começo de Prova Escrita	573
Art. 445	573
1. Impossibilidade Material ou Moral.....	573
Art. 446	574
1. Simulação e Vícios do Consentimento.....	574
2. Parte	574
3. Vontade Real e Vontade Declarada	574
Art. 447	574
1. Restrições ao Depoimento Pessoal	575
2. Menor de Dezesesseis Anos.....	575
3. Cônjuge, Companheiro, Ascendente e Descendente	575
4. Interesse Público e Estado da Pessoa.....	575
5. Advogado	575
6. Informante	575
7. Valoração	576
8. Pessoa com Deficiência.....	576
Art. 448	576
1. Isenção do Dever de Depor.....	576
2. Possibilidade de Depor.....	577
Art. 449	577
1. Provas em Audiência.....	577
2. Impossibilidade de Comparecer e Impossibilidade de Prestar Depoimento.....	577
3. Enfermidade ou outro Motivo Relevante.....	577

Subseção II
Da Produção da Prova Testemunhal

Art. 450	578
1. Apresentação do rol de testemunhas	578
2. Dupla Finalidade	578
3. Indicação	578
4. Prazo	579
5. Número de Testemunhas	579
6. Dispensa	579
Art. 451	579
1. Substituição	579
2. Casos	580
Art. 452	580
1. Juiz da Causa como Testemunha	580
Art. 453	580
1. Imediação	580
2. Exceções	581
Art. 454	581
1. Residência, ou Onde Exercem a sua Função	582
2. Procedimento	582
Art. 455	582
1. Informação ou intimação da testemunha	582
2. Consequências do não comparecimento da testemunha	583
3. Intimação judicial	583
4. Funcionário Público ou Militar	583
5. Intimação judicial e Não Comparecimento	584
Art. 456	584
1. Inquirição	584
Art. 457	584
1. Qualificação	585
2. Contradita	585
3. Procedimento	585
4. Escusa	585
Art. 458	585
1. Compromisso	585
Art. 459	586
1. Modo de Interrogar	586
Art. 460	586
1. Documentação	586
Art. 461	586
1. Testemunha Referida	587
2. Acareação	587

Art. 462	587
1. Despesas	587
Art. 463	588
1. Serviço Público	588

Seção X Da Prova Pericial

Art. 464	588
1. Prova Pericial	588
2. Exame, Vistoria e Avaliação	588
3. Cabimento	588
4. Conhecimento Técnico Especializado	589
5. Outras Provas	589
6. Verificação Impraticável	589
7. Submissão à Perícia	589
8. Perícia simplificada	590
Art. 465	590
1. Nomeação	590
2. Prazo para Entrega do Laudo	591
3. Assistente Técnico e Quesitos	591
4. Honorários Periciais	591
5. Honorários periciais, tutela coletiva e prova requerida pelo Ministério Público	591
6. Perícia Solicitada por Carta	592
7. Escusa, Recusa e Substituição e Perícia Deprecada	592
Art. 466	592
1. Independentemente de Termo de Compromisso	592
2. Confiança da Parte	592
3. Dever de comunicação	592
Art. 467	592
1. Escusa	592
2. Recusa	593
3. Novo Perito	593
4. Perícia médica e especialidade	593
Art. 468	593
1. Substituição	593
2. Comunicação	594
3. Substituição do perito e restituição dos valores recebidos	594
Art. 469	594
1. Quesitos Suplementares	594
2. Contraditório	594
3. Indeferimento	594
4. Quesitos Suplementares e Esclarecimentos	594
Art. 470	595
1. Quesitos Impertinentes	595
2. Quesitos Necessários	595

Art. 471	595
1. Perícia consensual	595
2. Perícia consensual e perícia judicial	596
Art. 472	596
1. Dispensa	596
Art. 473	596
1. Elementos do laudo pericial	597
2. Limites do laudo	597
3. Desempenho de sua Função	597
4. Instrução do Laudo	597
5. Terceiro	597
Art. 474	597
1. Ciência	597
2. Ineficácia	598
Art. 475	598
1. Perícia Complexa	598
2. Peritos e Assistentes Técnicos	598
Art. 476	598
1. Prorrogação	598
Art. 477	599
1. Prazo de Espera	599
2. Intimação	599
3. Pedido de Esclarecimentos	599
4. Prazo Mínimo	600
Art. 478	600
1. Estabelecimentos Oficiais Especializados	600
2. Perícia e assistência judiciária gratuita	600
3. Autenticidade da Letra e Firma	601
Art. 479	601
1. Valoração da Prova Pericial	601
2. Formação do Convencimento Judicial	601
Art. 480	602
1. Segunda Perícia	602
2. Novo Perito	602
3. Pronunciamento Judicial	602
4. Segundo Parecer Técnico	602
5. Objeto e Objetivo	602
6. Mesmas Disposições	602
7. Não Substituição	602

Seção XI

Da Inspeção Judicial

Art. 481	603
1. Inspeção Judicial	603
2. Objeto	603

Art. 482	603
1. Inspeção Direta e Inspeção Indireta	603
Art. 483	603
1. Local	604
2. Contraditório.....	604
Art. 484	604
1. Auto de Inspeção	604

Capítulo XIII DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA

Seção I Disposições Gerais

Art. 485	604
1. Sentença terminativa	605
2. Sem resolução de mérito	605
3. Residualidade	605
4. Indeferimento da petição inicial.....	606
5. Negligência das partes.....	606
6. Abandono de causa	606
7. Pressupostos processuais como requisitos de existência e validade do processo	606
8. Pressupostos processuais como condições para concessão da tutela jurisdicional do direito	607
9. Pressupostos processuais e processo justo	607
10. Pressupostos processuais e paridade de armas	608
11. Legitimidade e interesse	608
12. Aferição da legitimidade e do interesse.....	608
13. Pressupostos processuais, condições da ação e conhecimento de ofício e a qualquer tempo	609
14. Convenção de arbitragem	609
15. Reconhecimento da própria competência pelo juízo arbitral.....	609
16. Desistência da ação	609
17. Intransmissibilidade da ação	610
18. Demais casos	610
Art. 486	610
1. Nova ação	610
2. Correção.....	610
3. Litispêndência e coisa julgada	611
4. Perempção	611
5. Prova do pagamento.....	611
Art. 487	611
1. Sentença definitiva.....	611
2. Julgamento de mérito e resolução de mérito	611
3. Acolhimento ou rejeição do pedido	612
4. Confusão	612
5. Decadência ou prescrição	612
6. Reconhecimento jurídico do pedido.....	612
7. Transação.....	613

8. Renúncia à pretensão	613
9. Dever de diálogo	613
Art. 488	614
1. Prevalência do julgamento de mérito.....	614
Art. 489	614
1. Sentença e decisão.....	615
2. Elementos essenciais.....	615
3. Relatório.....	615
4. Fundamentação	615
5. Comunidade Argumentativa de Trabalho	616
6. Indicação, reprodução ou paráfrase.....	616
7. Termos vagos	616
8. Qualquer outra decisão	617
9. Dever de debate.....	617
10. Precedentes.....	618
11. Distinção	618
12. Superação	618
13. Colisão entre normas	619
14. Interpretação	619
15. Dispositivo	619
Art. 490	619
1. Acolhimento ou rejeição	620
2. Cumulação de pedidos	620
Art. 491	620
1. Sentença líquida.....	620
2. Sentença ilíquida	620
Art. 492	620
1. Sentença conforme ao pedido	621
2. Mitigação	621
3. Sentença certa e relação condicional.....	622
4. Sentença condicional	622
Art. 493	622
1. Fato superveniente.....	622
2. Instâncias ordinárias	623
3. Contraditório.....	623
Art. 494	623
1. Preclusão	623
2. Inexatidões materiais e erros de cálculo	623
3. Embargos de declaração.....	624
Art. 495	624
1. Hipoteca judiciária.....	624
2. Tutela pecuniária	625
3. Hipoteca judiciária, tutela cautelar e penhora	625
4. Registro	625
5. Responsabilidade	625

Seção III Da Remessa Necessária

Art. 496	625
1. Remessa necessária	626
2. Sentença contrária	626
3. Acolhimento total ou parcial de embargos.....	626
4. Demais Casos	627
5. Procedimento	627
6. Dispensa.....	627
7. Julgamento	627

Seção IV Do Julgamento das Ações Relativas às Prestações de Fazer, de Não Fazer e de Entregar Coisa

Art. 497	627
1. Tutela dos direitos e técnica processual.....	628
2. Tutela específica e tutela pelo resultado prático equivalente.....	628
3. Tutela inibitória e tutela de remoção do ilícito.....	628
4. Tutela ressarcitória na forma específica.....	629
5. Tutela específica do adimplemento	629
6. Ato ilícito, fato danoso e inadimplemento	629
7. Tutela específica, resultado prático equivalente e tutela pelo equivalente monetário.....	630
8. Tutela positiva e tutela negativa.....	631
9. Antecipação da tutela.....	631
10. Sentença mandamental e sentença executiva.....	632
Art. 498	632
1. Tutela dos direitos e técnica processual.....	632
2. Tutela do adimplemento da obrigação contratual de entregar coisa móvel	633
3. Tutela do adimplemento da obrigação de entregar coisa móvel e tutela de imissão na posse de coisa móvel	633
4. Tutela específica mediante entrega de coisa em substituição à defeituosa.....	633
5. Tutela de imissão na posse.....	633
6. Tutela reivindicatória	633
7. Tutela de reintegração de posse	634
8. Comodato.....	634
9. <i>Leasing</i>	634
10. Tutela ressarcitória na forma específica mediante a entrega de coisa	634
11. Antecipação da tutela	634
12. Sentença mandamental e sentença executiva.....	634
13. Individualização da coisa.....	634
14. Instante da individualização	635
15. Impugnação da individualização da coisa	635
16. Localização da coisa.....	635
17. Direito de retenção	635
Art. 499	635
1. Tutela pelo equivalente monetário.....	635
2. Requerimento da parte.....	636

Art. 500	636
1. Cumulação da indenização com a multa.....	636
Art. 501	637
1. Emissão de declaração de vontade.....	637
2. Sentença executiva	637
3. Momento de eficácia.....	637
4. Antecipação da tutela.....	637
5. Consequências da sentença e nova situação	637
6. Pré-contrato e contrato definitivo	638
7. Validade, eficácia e registro do pré-contrato.....	638
8. Prévia interpelação.....	638
9. Consequências da sentença e contrato definitivo	638
10. Sinalagma	639
11. Sentença de improcedência.....	639

Seção V

Da Coisa Julgada

1. Coisa julgada, segurança jurídica e Estado Constitucional.....	639
Art. 502	639
1. Eficácia e autoridade da sentença	639
2. Coisa julgada: da estática à dinâmica, da vontade das partes à evolução do debate	640
3. Coisa julgada e preclusão	640
4. Trânsito em julgado	641
5. Limites	641
6. Eficácia.....	641
7. Relativização da coisa julgada.....	641
8. Negativa de submissão a exame de DNA e relativização da coisa julgada	642
Art. 503	642
1. Limites objetivos.....	642
2. Coisa julgada sobre a questão prejudicial	642
Art. 504	644
1. Não fazem coisa julgada	644
Art. 505	644
1. Limites temporais	644
2. Mesma lide	644
3. Trato continuado	644
4. Demais casos	645
5. Nova ação	645
Art. 506	645
1. Limites subjetivos	645
2. Não prejudicando terceiros.....	646
3. Coisa julgada e obrigação solidária	646
4. Causas relativas ao estado de pessoa	646
Art. 507	646
1. Preclusão	647
2. Ordem pública.....	647

Art. 508	647
1. Eficácia preclusiva.....	647
2. Alegações e defesas	647

Capítulo XIV DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

1. Liquidação de Sentença	648
2. Formas de Liquidação.....	648
3. Dimensionamento do Dano no Juízo Penal	648
4. Decisão da Liquidação	649
5. Coisa Julgada	649
6. Condenação genérica coletiva e liquidação.....	649
7. Liquidação e processo de conhecimento.....	649
8. Liquidação e termo inicial da prescrição executiva.....	650
9. Liquidação e interpretação do título.....	650

Art. 509	650
1. Liquidação da Obrigação	650
2. Valor Devido.....	650
3. Parte Líquida e Parte Ilíquida	651
4. Requerimento.....	651
5. Intimação	651
6. Liquidação por Cálculos	651
7. Fidelidade ao Título.....	651
8. Fidelidade ao título e inclusão de expurgos inflacionários.....	652
9. Autorização Legal.....	652
10. Liquidação Zero	652
11. Alteração da modalidade de liquidação e Súmula 344/STJ.....	652

Art. 510	653
1. Liquidação por Arbitramento	653
2. Regras da Perícia.....	654
3. Requerimento.....	654
4. Nomeação.....	654
5. Contraditório.....	654
6. Laudo	654
7. Esclarecimentos e audiência	654
8. Decisão	655
9. Presunções e deduções na liquidação por arbitramento.....	655

Art. 511	655
1. Liquidação pelo procedimento comum	655
2. Fato Novo.....	655
3. Procedimento Comum	655
4. Liquidação pelo procedimento comum e créditos-prêmio de IPI.....	656
5. Liquidação pelo procedimento comum e prejuízo ao advogado do liquidante.....	656

Art. 512	656
1. Pendência de Recurso	656

TÍTULO II DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Processo de Execução no Código Buzaid	658
2. Cumprimento da Sentença no Código Atual	658
3. Atipicidade das formas executivas	658
Art. 513	658
1. Cumprimento da Sentença	659
2. Sentenças Autossuficientes	659
3. Sentenças Não Autossuficientes.....	659
4. Sentença Condenatória ao Pagamento de Quantia e Cumprimento da Sentença por Execução Forçada	660
5. Técnicas de Indução e de Sub-rogação e Pagamento de Quantia	660
6. Cumprimento de Decisão Definitiva e Cumprimento de Decisão Provisória	661
7. Intimação do devedor	661
8. Sujeição passiva ao cumprimento de sentença	661
Art. 514	662
1. Condição ou Termo	662
2. Requerimento de cumprimento e instrução.....	662
Art. 515	662
1. Títulos Executivos Judiciais	663
2. Sentenças e Decisões que Dependem de Cumprimento	663
3. Sentença Declaratória e Execução Forçada	663
4. Sentença Homologatória	664
5. Acordo Extrajudicial Homologado Judicialmente	664
6. Formal e Certidão de Partilha	664
7. Crédito do auxiliar da justiça aprovado judicialmente.....	664
8. Sentença Penal Condenatória	664
9. Sentença Arbitral.....	665
10. Sentença e Decisão Interlocutória Estrangeira.....	665
11. Ausência de reexame necessário e nulidade do título	666
12. Interpretação do título judicial	666
13. Ordem de Citação.....	666
Art. 516	666
1. Competência	666
2. Conexão de cumprimentos de sentença.....	667
3. Conexão e Tutela Coletiva.....	667
4. Competência para cumprimento individual de sentença coletiva e juizado especial.....	667
5. Tribunal Marítimo.....	667
Art. 517	667
1. Protesto do título judicial	667
2. Protesto e requisitos do título judicial.....	668
3. Cancelamento do protesto e garantia do juízo.....	668
Art. 518	668
1. Competência para o conhecimento das questões da execução	668

2. Atos praticados em razão de carta ou de auxílio direto	668
Art. 519	668
1. Regime das Tutelas Provisórias	668
2. Tutela provisória e garantia de efetividade da prestação jurisdicional	669

Capítulo II

DO CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA

Art. 520	669
1. Cumprimento Imediato da Decisão Provisória	669
2. Espécies de Decisões Passíveis de Cumprimento Imediato na Pendência de Recurso Não Recebido com Efeito Suspensivo	670
3. Cumprimento do Mesmo Modo que o Definitivo.....	670
4. Regime	670
5. Iniciativa e Responsabilidade do Demandante	670
6. Restituição ao Estado Anterior e Dever de Reparar o Dano	671
7. Caução Suficiente e Idônea	671
8. Multa Sancionatória de 10% (Dez por Cento) na Execução de Decisão Provisória (art. 523, § 1.º, CPC).....	672
9. Cumprimento provisório de sentença e honorários advocatícios.....	673
Art. 521	673
1. Dispensa de Caução.....	673
2. Dispensa de caução e valores incontroversos.....	674
Art. 522	674
1. Instrução do Requerimento	674
2. Outros documentos obrigatórios.....	674

Capítulo III

DO CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA

1. Cumprimento de prestação pecuniária	675
2. Restrição a direitos e cumprimento de sentença que impõe prestação pecuniária	675
Art. 523	675
1. Requerimento de execução.....	675
2. Admissão da Execução.....	675
3. Cabimento de Honorários de Advogado na Fase de Cumprimento da Sentença por Execução Forçada	676
4. Pagamento Voluntário	676
5. Prazo para pagamento voluntário	676
6. Prazo para pagamento voluntário e executado assistido pela Defensoria Pública.....	677
7. Intimação para Pagamento.....	677
8. Multa Punitiva.....	677
9. Pagamento em Face de Decisão Definitiva e Pagamento em Face de Decisão Provisória	678
10. Pagamento Parcial	678
11. Seguimento para Execução	678
12. Penhora on-line	679
13. Preferência da Penhora on-line sobre Todas as Outras Formas de Penhora.....	679
14. Avaliação	679

Art. 524	680
1. Requerimento de execução.....	680
2. Demonstrativo de crédito.....	680
3. Contador do Juízo.....	681
4. Intimação do Credor.....	681
5. Litígio sobre o valor da execução	681
6. Dados Existentes	681
7. Justificativa	682
8. Presunção de Correção dos Cálculos	682
Art. 525	682
1. Defesa do Executado	683
2. Impugnação	683
3. Legitimidade	684
4. Dispensa de Prévia Segurança do Juízo	684
5. Desnecessidade de nova intimação	684
6. Matérias.....	685
7. Inexistência ou Invalidade da Citação	685
8. Ilegitimidade das Partes	685
9. Inexequibilidade do Título ou Inexigibilidade da Obrigação	685
10. Ausência de reexame necessário e nulidade do título	686
11. Penhora Incorreta ou Avaliação Errônea	686
12. Excesso de Execução.....	686
13. Incompetência relativa ou absoluta.....	687
14. Causa Impeditiva, Modificativa ou Extintiva da Obrigação Superveniente à Sentença... ..	687
15. Inexigibilidade da Obrigação e Controle de Constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.....	687
16. Inexigibilidade de Obrigação e ADIn 2.418/DF.....	690
17. Recebimento e Rejeição	690
18. Efeito Suspensivo	690
19. Relevantes Fundamentos	691
20. Manifestamente Suscetível	691
21. Grave Dano de Difícil ou Incerta Reparação	691
22. Penhora, Depósito ou Caução Suficientes	691
23. Decisão	692
24. Suspensão Total e Suspensão Parcial	692
25. Modulações do Efeito Suspensivo.....	692
26. Prosseguimento da Execução	692
27. Procedimento	693
28. Decisão Final.....	693
29. Apelação e Agravo de Instrumento	693
30. Coisa Julgada e Preclusão	694
31. Decisão de impugnação e honorários de sucumbência.....	694
32. Defesa ulterior no cumprimento de sentença	694
33. Exceção de Pré-executividade	694
34. Impugnação e título executivo oriundo da via arbitral.....	695
Art. 526	695
1. Cumprimento espontâneo e depósito judicial	696
Art. 527	696
1. Cumprimento provisório de sentença	696

Capítulo IV

DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS

Art. 528	696
1. Alimentos	697
2. Técnicas Processuais Executivas para Tutela do Direito aos Alimentos	698
3. Título Executivo	699
4. Requerimento do credor	699
5. Citação do Executado	699
6. Impossibilidade de pagamento	700
7. Prisão Civil	700
8. Prazo da Prisão	700
9. Prisão civil e prisão domiciliar	701
10. Prisão civil e acordo celebrado em ação de alimentos.	701
11. Prisão civil e pagamento parcial do débito	701
12. Prisão civil e imprescindibilidade dos valores alimentares	701
13. Protesto	703
14. Expropriação	703
15. Cumprimento por expropriação e oferecimento de Impugnação	703
16. Cumprimento de decisão provisória de prestação alimentar	703
17. Competência	703
18. Execução de honorários como prestação alimentar	704
Art. 529	704
1. Desconto em Folha	704
2. Dever de Terceiros	704
3. Desconto em Renda	704
Art. 530	705
1. Execução por expropriação	705
Art. 531	705
1. Regime comum a alimentos definitivos e provisórios	705
Art. 532	705
1. Conduta Procrastinatória	705
Art. 533	706
1. Técnicas Processuais e Prestação de Alimentos	706
2. Constituição de Capital	706
3. Folha de Pagamento, Fiança Bancária ou Garantia Real	707
4. Condições Econômicas	707
5. Salário-Mínimo	707
6. Cessação da Obrigação	707
7. Outras técnicas disponíveis aos alimentos civis	707

Capítulo V

DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA

Art. 534	708
1. Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública	708
2. Execução contra a Fazenda Pública como Execução de Crédito contra a Fazenda Pública	708

3. Título Executivo Judicial e Título Executivo Extrajudicial. Pode-se efetivar, contra a Fazenda Pública, tanto títulos judiciais como extrajudiciais	709
4. Cumprimento contra a Fazenda Pública de Decisão Definitiva e Cumprimento contra a Fazenda Pública de Decisão Provisória	709
5. Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública e parcelas incontroversas.....	709
6. Requerimento.....	710
7. Litisconsórcio ativo.....	710
8. Multa sancionatória	710
9. Consectários da condenação e Fazenda Pública.....	710
10. Honorários advocatícios.....	711
Art. 535	711
1. Intimação para Oposição de Impugnação.	712
2. Impugnação à Execução da Fazenda Pública e Ausência de Outorga de Efeito Suspensivo	712
3. Embargos à Execução e Parcela Incontroversa do Crédito Exequendo	713
4. Pedido de cumprimento não impugnado e honorários de sucumbência	713
5. Natureza da Atividade do Presidente do Tribunal	713
6. Precatório	714
7. Precatório Alimentar	714
8. Débitos de Natureza Alimentícia	714
9. Precatório Complementar.....	715
10. Ausência de Pagamento de Precatório.....	715
11. Crédito de Pequeno Valor	715
12. Preferência e Sequestro	716
13. Alegação de excesso de execução	716
14. Inexigibilidade da Obrigação e Controle de Constitucionalidade.....	716
15. Inexigibilidade do título e ADIn 2.418/DF.....	719

Capítulo VI

DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, DE NÃO FAZER OU DE ENTREGAR COISA

Seção I

Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Fazer ou de Não Fazer

Art. 536	719
1. Tutela específica e resultado prático equivalente.....	720
2. Poder Executivo e Medidas Necessárias	720
3. Prisão Civil. STF	721
4. Prisão Civil.....	722
5. Controle do Poder Executivo do Juiz.....	722
6. Quebra da Congruência entre o Pedido e a Sentença.....	723
7. Alteração da Sentença na Fase de Cumprimento	723
8. Defesa do Demandado.....	724
9. Intervenção Judicial	724
10. Litigância de má-fé e sanção criminal	724
11. Deveres de fazer e não fazer	724
Art. 537	724
1. Multa Coercitiva.....	725
2. Cabimento da Multa.....	725

3. Imposição de Multa contra a Fazenda Pública	725
4. Multa de Ofício ou a Requerimento.....	726
5. Multa Fixa, Multa Periódica, Multa Progressiva.....	726
6. Adequação do Valor da Multa	726
7. Beneficiário da Multa	727
8. Momento a Partir do Qual a Multa se Torna Eficaz e Momento a Partir do Qual Pode Ser Executada	727
9. Intimação do obrigado.....	727
10. Realização da multa	727
11. Possibilidade de Revisão do Valor da Multa.....	728
12. Conseqüências da multa coercitiva	729
13. Cumulação da Indenização com a Multa.....	729

Seção II

Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Entregar Coisa

Art. 538	729
1. Busca e Apreensão e Imissão na Posse	729
2. Multa Coercitiva e Medidas Necessárias	730
3. Súmula 500, STF	730
4. Adequação das Medidas Executivas	730
5. Localização da Coisa	730
6. Busca e Apreensão, Imissão na Posse, Multa Coercitiva e Medidas Necessárias contra a Fazenda Pública.....	730
7. Controle do Poder Executivo do Juiz.....	730
8. Direito de Retenção	730
9. Defesa do Demandado.....	731

TÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

1. Procedimentos Especiais.....	733
2. Procedimentos Especiais no Código Buzaid.....	733
3. Procedimentos Especiais depois das Reformas de 1994 e no Código de 2015.....	733
4. Negócios Processuais e Procedimentos Específicos	733

Capítulo I

DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

Art. 539	733
1. Ação de Consignação em Pagamento.....	734
2. Direito Civil.....	734
3. Locações.....	734
4. Direito Tributário.....	734
5. Cognição na Ação de Consignação em Pagamento	734
6. Objeto da Prestação	735
7. Facultatividade.....	735
8. Legitimidade Ativa.....	735
9. Legitimidade Passiva	735
10. Momento para Consignação.....	736
11. Depósito Bancário	736

Art. 540	736
1. Competência	736
2. Cessação dos Juros e dos Riscos.....	736
Art. 541	736
1. Prestações Periódicas	736
2. Data do Vencimento	737
3. Trânsito em Julgado.	737
Art. 542	737
1. Depósito.....	737
2. Depósito na Consignatória de Aluguéis	737
3. Dispensa do Depósito.....	738
4. Discussão sobre o Conteúdo das Prestações	738
5. Cumulação de Pedidos.....	738
Art. 543	738
1. Direito de Escolha	738
Art. 544	738
1. Prazo.....	738
2. Matéria.....	739
3. Revelia.....	739
Art. 545	739
1. Depósito Insuficiente.....	739
2. Parcela Incontroversa.....	740
3. Título Executivo	740
Art. 546	740
1. Despesas Processuais.....	741
2. Reconhecimento Jurídico do Pedido	741
Art. 547	741
1. Dúvida sobre quem Deva Legitimamente Receber	741
2. Credor de um dos Credores.....	741
Art. 548	741
1. Duas Fases.....	742
2. Primeira Fase	742
3. Segunda Fase	742
Art. 549	742
1. Resgate do Aforamento	742

Capítulo II DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS

Art. 550	743
1. Ação para Tomar Contas.....	743
2. Dever de Prestar Contas.....	743
3. Quitação.....	743
4. Fases.....	743
5. Consórcio.....	744
6. Conta-Corrente.....	744

7. Ação de exigir contas e contrato de mútuo e financiamento.....	744
8. Cooperativa.....	744
9. Ex-Prefeito.....	744
10. Inventariante.....	745
11. Sócio-Gerente.....	745
12. Petição Inicial da Ação de Exigir Contas.....	745
13. Apresentação de Contas.....	745
14. Contestação.....	745
15. Contestação e Apresentação de Contas.....	745
16. Revelia.....	746
17. Procedimento.....	746
18. Decisão da Primeira Fase.....	746
19. Prazo para prestar as contas.....	747
20. Decisão da Primeira Fase e Honorários Sucumbenciais.....	747
21. Contraditório sobre as Contas.....	747
22. Sentença da Segunda Fase.....	747
23. Provas Contábeis na Segunda Fase e Recurso.....	748
24. Despesas Processuais.....	748
25. Ação de Exigir Contas e Revisão de Cláusula Contratual.....	748
Art. 551	748
1. Forma Adequada.....	748
2. Documentos Justificativos.....	748
3. Contas do autor.....	748
Art. 552	749
1. Título Executivo.....	749
Art. 553	749
1. Inadimplemento.....	749

Capítulo III DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS

Seção I Disposições Gerais

Art. 554	749
1. Ações Possessórias.....	750
2. Ação de Reintegração de Posse e Ação de Imissão de Posse.....	750
3. Ação de Reintegração de Posse, Ação Reivindicatória e Ação de Imissão de Posse.....	750
4. Fungibilidade entre as Tutelas Possessórias.....	751
5. Conflito coletivo possessório.....	751
6. Ação possessória e desconstituição de contrato.....	752
7. Ação possessória e exclusão de compossuidor.....	752
8. Legitimidade dos herdeiros para a ação possessória.....	752
9. Competência para as Ações Possessórias.....	752
10. Ações possessórias e função social da propriedade.....	753
Art. 555	753
1. Cumulação de Pedidos.....	753
2. Pedido de Desfazimento de Construção ou Plantação.....	753
3. Medidas Indutivas para Dar Cumprimento à Ordem Possessória.....	753
4. Modalidades Executivas para a Inibição de Novo Esbulho ou Turbação.....	754

5. Modalidades Executivas para o Desfazimento de Construção ou Plantação Feita em Detrimento da Posse.....	754
6. Dever de Custeio das Despesas para o Desfazimento e Meio Executivo para a sua Imposição.....	754
7. Utilidade do Desfazimento da Construção ou da Plantação.....	754
8. Tutela Definitiva da Parte Incontroversa da Demanda e Cumulação do Pedido Possessório com o Pedido de Perdas e Danos.....	754
Art. 556	755
1. Viabilidade de se Requerer Tutelas Possessória e Ressarcitória na Própria Contestação..	755
2. Tutelas de Reintegração de Posse e de Ressarcimento dos Frutos Demandadas na Contestação.....	755
Art. 557	755
1. Exceção de Domínio na Pendência do Juízo Possessório.....	755
2. Razão de Ser da Proibição da Discussão do Domínio nas Ações Possessórias	756
3. Constitucionalidade da Proibição da Discussão do Domínio na Pendência da Ação Possessória.....	756
4. Aplicabilidade da Súmula 487, STF.....	756
5. Ação Possessória e Oposição.....	757
Art. 558	757
1. Procedimento Possessório e Tutela Possessória.....	757
2. Procedimento Especial para a Tutela Possessória.....	757
3. Mais de Ano e Dia e Utilização das Técnicas Processuais dos arts. 550 a 552, CPC	757
4. Tutela Antecipatória em Caso de Mais de Ano e Dia.....	758
5. Contagem do Prazo de Ano e Dia e Possuidor Ausente.....	758
6. Atos Preparatórios, Consumação do Esbulho e Contagem do Prazo de Ano e Dia.....	758
Art. 559	758
1. Pedido ao Juiz para que Ordene ao Autor que Requeira Caução	759
2. Pedido nos Autos da Ação Possessória	759
3. Caráter Assecuratório da Medida.....	759
4. Momento do Requerimento.....	759
5. Caução Real e Fidejussória	759
6. Hipossuficiência econômica.....	759

Seção II

Da Manutenção e da Reintegração de Posse

Art. 560	759
1. Manutenção e Reintegração de Posse.....	759
2. Composse.....	760
3. Detenção.....	760
4. Servidão de Trânsito e Proteção Possessória	760
5. Tutela Possessória e Bens Imateriais.....	760
6. Reintegração de Posse e <i>Leasing</i>	760
7. Reintegração de Posse, <i>Leasing</i> e Cláusula Resolutiva Expressa.....	761
8. Reintegração de Posse, <i>Leasing</i> e Necessidade de Notificação.....	761
9. <i>Leasing</i> e Descabimento de Ação de Reintegração de Posse.....	761
Art. 561	762
1. Ação Fundada na Posse.....	762
2. Prova da Posse.....	762

3. Turbação ou Esbulho	762
4. Data da Turbação ou do Esbulho.....	763
5. Contagem do Prazo de Ano e Dia e Possuidor Ausente.....	763
6. Atos Preparatórios, Consumação do Esbulho e Contagem do Prazo de Ano e Dia.....	763
7. Atos Repetitivos, Turbação e Contagem do Prazo de Ano e Dia.....	763
8. Notificação Prévia e Ação Possessória	763
Art. 562	763
1. Petição Inicial Devidamente Instruída e Dever de Concessão de Tutela Possessória Antecipada.....	764
2. Tutela Antecipada na Ação de Reintegração de Posse Fundada no art. 552, CPC.....	764
3. Designação de Audiência de Justificação.....	764
4. Não designação de Audiência de Justificação.....	764
5. Citação do Réu para Comparecer à Audiência.....	765
6. Forma de Participação do Réu na Audiência.....	765
7. Prazo para o Réu Contestar.....	765
8. Pessoa Jurídica de Direito Público e Necessidade de Audiência Prévia	765
9. Prazo para a Pessoa Jurídica de Direito Público se Pronunciar.	765
10. Pessoa Jurídica de Direito Público.....	765
Art. 563	765
1. Suficiência da Justificação	766
2. Mandado de Manutenção e Mandado de Reintegração	766
3. Aplicabilidade dos arts. 536 e 538, CPC, na Execução da Manutenção e da Reintegração	766
Art. 564	766
1. Necessidade da Intimação do Autor, acerca da Decisão sobre a Tutela Antecipatória, para a Fluência do Prazo de Cinco Dias	766
2. Promoção da Citação.	766
3. Citação do Réu e Prescrição.....	766
Art. 565	766
1. Conflito coletivo possessório.....	767
2. Liminar e Mediação prévia.....	767
3. Participação do Ministério Público e da Defensoria Pública.....	767
4. Inspeção judicial	767
5. Participação dos órgãos de política agrária e política urbana	767
6. Conflitos coletivos sobre propriedade de imóvel.....	768
Art. 566	768
1. Aplicabilidade dos Arts. 550 a 552, CPC.....	768

Seção III

Do Interdito Proibitório

Art. 567	768
1. Tutela Inibitória Possessória.....	768
2. Justo Recurso	768
3. Repetição de Moléstia da Posse.	768
4. Multa como Meio Executivo.....	768
5. Interdito Proibitório e Tutela Inibitória na Proteção de Bem Imaterial.....	769

Art. 568	769
1. Aplicabilidade das Normas da Seção Antecedente ao Interdito Proibitório.	769

Capítulo IV

DA AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES

Seção I

Disposições Gerais

Art. 569	769
1. Ação de Demarcação	769
2. Ação de Divisão	769
3. Duplicidade.	769
4. Perpetuidade.	770
5. Total ou Parcial.	770
6. Terras Particulares.	770
7. Ação Demarcatória e Ação Reivindicatória.	770
8. Ação Demarcatória e Ação Possessória.	770
Art. 570	771
1. Cumulação	771
Art. 571	771
1. Demarcação e divisão extrajudiciais.	771
Art. 572	771
1. Terceiros	771
2. Tutela Específica e Tutela pelo Equivalente Monetário	772
3. Cumulação Alternativa	772
4. Litispendência	772
5. Trânsito em Julgado.	772
6. Denúnciação da Lide.	772
Art. 573	773
1. Dispensa da prova pericial.	773

Seção II

Da Demarcação

Art. 574	773
1. Competência	773
2. Legitimação.	773
3. Causa de Pedir	773
4. Pedido.	774
5. Valor da Causa	774
6. Documentos Necessários.	774
7. Demarcatória e Reivindicatória.	774
Art. 575	774
1. Qualquer Condômino.	774
2. Litisconsórcio	774
Art. 576	775
1. Citação	775

2. Citação por Edital.....	775
Art. 577	775
1. Prazo	775
2. Prazo em Dobro.....	775
Art. 578	775
1. Contestação.	775
2. Procedimento.....	775
Art. 579	776
1. Perícia.....	776
2. Assistentes Técnicos.....	776
Art. 580	776
1. Laudo Pericial.....	776
2. Laudo dos Assistentes.....	776
Art. 581	776
1. Sentença de Procedência.	777
2. Sentença de Improcedência.....	777
3. Efeito anexo da sentença de procedência.....	777
Art. 582	777
1. Trânsito em Julgado.	777
2. Cumprimento de Sentença	777
Art. 583	777
1. Cadernetas de Operações de Campo e Memorial Descritivo.....	778
Art. 584	778
1. Marcos.....	778
Art. 585	778
1. Relatório.....	778
2. Peritos e agrimensor.....	778
Art. 586	778
1. Manifestação das Partes.....	778
2. Decisão.....	778
3. Auto de Demarcação.....	779
Art. 587	779
1. Sentença Homologatória da Demarcação	779

Seção III Da Divisão

Art. 588	779
1. Competência	779
2. Legitimação.....	779
3. Causa de Pedir	780
4. Pedido	780
5. Cumulação	780
6. Valor da Causa	780
7. Documentos Necessários	780

8. Ação Divisória e Composse	780
Art. 589	780
1. Citação.....	780
2. Citação por Edital.....	780
3. Prazo	780
4. Prazo em Dobro.....	781
5. Contestação	781
6. Procedimento	781
7. Sentença de Procedência.....	781
Art. 590	781
1. Cumprimento da Sentença	781
2. Elementos do laudo pericial.....	781
Art. 591	781
1. Pedido de Constituição dos Quinhões	782
Art. 592	782
1. Oitiva das Partes.....	782
Art. 593	782
1. Linha do Perímetro.....	782
2. Benfeitorias permanentes.....	782
Art. 594	782
1. Terceiros	782
2. Tutela Específica e Tutela pelo Equivalente Monetário.....	782
3. Cumulação Alternativa	783
4. Litispendência	783
5. Trânsito em Julgado	783
6. Denúnciação da Lide	783
Art. 595	783
1. Proposta de Divisão	784
Art. 596	784
1. Oitiva das Partes	784
2. Cumprimento.....	784
Art. 597	784
1. Auto de Divisão.....	785
2. Folha de Pagamento.....	785
3. Sentença Homologatória da Divisão.....	785
Art. 598	785
1. Aplicação Subsidiária.....	785

Capítulo V

DA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE

Art. 599	785
1. Medidas disciplinadas por este capítulo.....	786
2. Fundamentos da dissolução.....	786
3. Direito de retirada.....	786
4. Exclusão do sócio.....	786

5. Morte do sócio.....	786
6. Entidades que Podem Utilizar da Ação de Dissolução Parcial de Sociedade.....	786
7. Prescrição.....	787
8. Valor da Causa.....	787
Art. 600	787
1. Legitimidade ativa.....	787
2. Herdeiro necessário e pagamento das quotas do acervo hereditário.....	787
3. Óbito do sócio.....	788
4. Retirada.....	788
5. Exclusão.....	788
6. Apuração de Haveres.....	788
Art. 601	788
1. Legitimidade Passiva.....	788
2. Ação proposta pela sociedade.....	789
Art. 602	789
1. Pedido de compensação.....	789
Art. 603	789
1. Resposta dos réus.....	789
2. Concordância na dissolução.....	789
3. Procedimento a ser observado.....	789
4. Controvérsia sobre o valor dos haveres.....	790
5. Despesas processuais e controvérsia sobre a dissolução.....	790
6. Natureza do ato judicial que resolve a dissolução.....	790
Art. 604	790
1. Sentença de procedência.....	790
2. Parte incontroversa.....	790
Art. 605	791
1. Data da dissolução parcial.....	791
Art. 606	791
1. Critérios para apuração de haveres.....	791
2. Perito.....	792
3. Juros de mora.....	792
4. Juros de mora e sociedade anônima.....	792
5. Mora da sociedade.....	792
Art. 607	792
1. Alteração dos critérios para apuração de haveres.....	792
Art. 608	792
1. Valores devidos.....	793
Art. 609	793
1. Pagamento dos haveres.....	793

Capítulo VI DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA

Seção I Disposições Gerais

Art. 610	793
1. Inventário e Partilha.....	793
2. Espécies.....	793
3. Inventário Judicial.....	793
4. Inventário Extrajudicial	794
5. Inventário extrajudicial e testamento.....	794
6. Foro do Inventário e da Partilha	795
7. Inventário e litispendência.....	795
Art. 611	795
1. Abertura do Inventário	795
2. Sanção.....	795
3. Encerramento do Inventário.....	796
4. Participação do Ministério Público.	796
5. Interrupção da prescrição.	796
Art. 612	796
1. Juízo Universal.....	796
2. Cognição Plena e Exauriente <i>Secundum Eventum Probationis</i>	797
3. Decisão.....	797
Art. 613	797
1. Administrador Provisório	797
2. Herdeiros.....	797
Art. 614	798
1. Direitos, Deveres e Responsabilidade.....	798

Seção II Da Legitimidade para Requerer o Inventário

Art. 615	798
1. Legitimidade.	798
2. Documento Necessário.	798
Art. 616	798
1. Legitimidade Concorrente.....	799

Seção III Do Inventariante e das Primeiras Declarações

Art. 617	799
1. Inventariante.....	799
2. Compromisso.....	800
3. Decisão.	800
4. Término da representação do inventariante.....	800

Art. 618	800
1. Atribuições	801
2. Inventariante e direito a voto em assembleia geral de sociedade	801
Art. 619	801
1. Ouvidos os Interessados e com Autorização do Juiz.....	801
2. Despesas com o Inventário.....	802
Art. 620	802
1. Primeiras Declarações.....	803
2. Relação Patrimonial.....	803
3. Determinações Judiciais.....	803
4. Declaração por Petição.....	803
Art. 621	803
1. Sonegação ao Inventariante.....	803
2. Ação de Sonegados.....	803
Art. 622	804
1. Remoção do Inventariante.....	804
Art. 623	804
1. Processo Justo.....	804
2. Decisão.....	804
Art. 624	805
1. Nova Nomeação.....	805
Art. 625	805
1. Entrega de Bens.....	805

Seção IV

Das Citações e das Impugnações

Art. 626	805
1. Litisconsórcio Necessário.....	806
2. Testamenteiro	806
3. Citações.....	806
Art. 627	806
1. Manifestação das Partes.....	806
2. Erros, Omissões e Sonegações de bens.....	807
3. Nomeação do Inventariante.....	807
4. Qualidade de Herdeiro.....	807
5. Colações.....	807
6. Reserva de Bens.....	807
7. Decisão	808
Art. 628	808
1. Exame do Pedido.....	808
2. Não Obsta o Andamento do Inventário.....	808
Art. 629	808
1. Fazenda Pública.....	808
2. Reserva de Bens.....	808

Seção V Da Avaliação e do Cálculo do Imposto

Art. 630	809
1. Avaliação	809
2. Assistentes Técnicos.....	809
Art. 631	809
1. Laudo de Avaliação e Nova Avaliação	809
Art. 632	809
1. Carta Precatória.....	809
Art. 633	809
1. Dispensa de Avaliação.....	809
Art. 634	810
1. Avaliação da Fazenda Pública.....	810
Art. 635	810
1. Laudo de Avaliação.....	810
2. Manifestação das Partes	810
3. Impugnação.....	810
Art. 636	810
1. Últimas Declarações.	810
Art. 637	810
1. Alíquota.....	810
2. Cálculo do Imposto.....	810
3. Correção Monetária.....	811
4. Isenção.....	811
5. Honorários de Advogado.....	811
6. Morte Presumida	811
7. Nova Avaliação.	811
8. Promessa de Compra e Venda.	811
Art. 638	811
1. Decisão.	811
2. Exigibilidade.....	811
3. Responsabilidade tributária e encerramento do inventário.....	811

Seção VI Das Colações

Art. 639	812
1. Colação.....	812
2. Avaliação	812
3. Ministério Público.....	812
Art. 640	812
1. Renúncia ou Exclusão de Herdeiros	813
2. Parte Inoficiosa.	813
Art. 641	813
1. Oposição.....	813

2. Decisão.....	814
3. Sequestro.....	814

Seção VII

Do Pagamento das Dívidas

Art. 642	814
1. Pagamento das Dívidas.....	814
2. Habilitação.....	814
3. Expropriação.....	815
4. Fazenda Pública.....	815
5. Partilha Homologada antes do Julgamento da Habilitação de Crédito.....	815
Art. 643	815
1. Meios Ordinários.....	815
2. Reserva de Bens.....	815
Art. 644	816
1. Dívida Ainda Inexigível.....	816
Art. 645	816
1. Legatário.....	816
Art. 646	816
1. Penhora.....	816

Seção VIII

Da Partilha

Art. 647	817
1. Partilha.....	817
2. Bens Remotos, Litigiosos ou de Liquidação Morosa ou Difícil.....	817
3. Partilha em Vida.....	817
4. Decisão.....	817
5. Fruição provisória de bem.....	817
Art. 648	817
1. Critérios para a partilha judicial ou amigável.....	818
Art. 649	818
1. Partilha de bens que não admitam divisão cômoda.....	818
Art. 650	818
1. Quinhão devido a nascituro.....	818
Art. 651	818
1. Esboço da Partilha.....	818
Art. 652	818
1. Intimação.....	819
2. Decisão.....	819
Art. 653	819
1. Partilha Definitiva.....	819

Art. 654	819
1. Tributos	819
2. Homologação da Partilha.....	819
3. Sobrepilha	819
4. Anulação e Rescisão da Partilha	819
5. Petição de Herança.....	820
Art. 655	820
1. Trânsito em Julgado	820
2. Formal de Partilha	820
Art. 656	820
1. Emenda da Partilha.....	820
Art. 657	821
1. Ação Anulatória de Partilha	821
2. Legitimidade	821
3. Prazo	821
Art. 658	821
1. Ação Rescisória de Partilha	821
2. Legitimidade	822
3. Prazo	822

Seção IX Do Arrolamento

Art. 659	822
1. Arrolamento Sumário	822
2. Prova da Quitação dos Tributos.....	822
3. Homologação da Partilha.....	823
4. Desconstituição de Partilha Homologada em Arrolamento	824
Art. 660	824
1. Petição Inicial.....	824
Art. 661	824
1. Dispensa de Avaliação.....	824
Art. 662	824
1. Cognição Parcial	825
2. Contraditório Eventual.....	825
Art. 663	825
1. Credores do Espólio.....	825
Art. 664	826
1. Arrolamento Sumaríssimo	826
2. Ministério Público	826
3. Cognição Parcial e Exauriente <i>Secundum Eventum Probationis</i>	826
Art. 665	827
1. Arrolamento sumaríssimo e interesse de incapazes.....	827
Art. 666	827
1. Pagamento de Valores Independentemente de Inventário ou Arrolamento	827

Art. 667	827
1. Aplicação Subsidiária.....	827

Seção X

Disposições Comuns a Todas as Seções

Art. 668	827
1. Eficácia da Tutela Cautelar	827
2. Extinção do Inventário com ou sem Resolução de Mérito.	828
Art. 669	828
1. Sobrepartilha	828
2. Espólio.....	828
3. Prescrição	828
Art. 670	829
1. Processo de Inventário e Partilha.....	829
2. Sobrepartilha e Tributos.....	829
Art. 671	829
1. Curador Especial	829
2. <i>Mínus</i> Público	829
Art. 672	829
1. Herdeiros de Ambos os Cônjuges Falecidos Forem os Mesmos	830
2. Morte de Herdeiro que não Possui Outros Bens além de seu Quinhão na Herança	830
Art. 673	830
1. Desnecessidade de Sobrepartilha.....	830

Capítulo VII

DOS EMBARGOS DE TERCEIRO

Art. 674	830
1. Embargos de Terceiro.....	831
2. Terceiro.....	831
3. Constrição Judicial.....	832
4. Fraude contra Credores.....	832
5. Cônjuges.....	832
6. União Estável.....	833
7. Filho.....	833
8. Meação	833
9. Sócio-Gerente	833
10. Pré-Contrato.....	833
11. Contrato Particular de Permuta e Cessão de Direitos sem Registro.	833
12. Doação Verbal	834
13. Entes Cadastrais.	834
14. Desapropriação.	834
15. Benfeitorias.....	834
16. Sentença Transitada em Julgado sem Registro.....	834
17. Divisão e Demarcação.....	834
18. Hipoteca e Penhor	835
19. Anticrese.....	835
20. Alienação Fiduciária	835

Art. 675	835
1. Processo de Conhecimento	835
2. Fase de Conhecimento e Fase de Cumprimento.....	836
3. Fase de Conhecimento e Fase de Cumprimento. Sentença Condenatória. Expropriação. Tutela do Direito ao Pagamento de Quantia	836
4. Processo de Execução.....	836
5. Tutela de Urgência.....	836
6. Procedimentos Especiais.....	837
7. Apreensão Criminal.....	837
8. Tutela Jurisdicional Diferenciada e Tutela Jurisdicional Comum.....	837
9. Terceiro e intimação pessoal.....	837
10. Prazo de Embargos de Terceiro e Fraude à Execução.....	837
11. Prazo e Preclusão.....	837
Art. 676	838
1. Competência	838
2. Juízo Deprecante e Juízo Deprecado	838
3. Competência Delegada.....	838
Art. 677	839
1. Prova Sumária da Posse.....	839
2. Prova da Qualidade de Terceiro.....	839
3. Documentos e Rol de Testemunhas	839
4. Valor da Causa	840
5. Legitimidade passiva para os embargos de terceiro	840
6. Cumulação de Pedidos.....	840
Art. 678	840
1. Antecipação de Tutela.....	840
2. Decisão.....	841
3. Técnicas Processuais para o Cumprimento da Decisão Antecipatória.....	841
4. Suspensão do Processo Principal.....	841
5. Duração do Período de Suspensão	841
6. Suspensão e fraude à execução.....	841
7. Caução.....	841
Art. 679	842
1. Contestação.....	842
2. Procedimento	842
Art. 680	842
1. Matéria de Contestação	842
Art. 681	842
1. Sentença	843
2. Honorários Advocatícios.....	843

Capítulo VIII DA OPOSIÇÃO

Art. 682	843
1. Oposição.....	843
2. Oposição Sucessiva	844
3. Momento para Oposição.....	844

Art. 683	844
1. Petição Inicial.....	844
2. Distribuição e Citação	844
3. Resposta dos Opostos	844
Art. 684	844
1. Reconhecimento do Pedido.....	844
Art. 685	845
1. Oposição Antes da Audiência de Instrução e Julgamento.....	845
2. Oposição Depois da Audiência de Instrução e Julgamento.....	845
Art. 686	845
1. Oposição e Prejudicialidade	845

Capítulo IX DA HABILITAÇÃO

Art. 687	845
1. Habilitação	846
2. Habilitação no Processo e Dispensa Administrativa.....	846
3. Habilitação e pessoas jurídicas	846
Art. 688	846
1. Legitimidade	846
Art. 689	847
1. Habilitação como Processo Autônomo	847
2. Causa no Tribunal.....	847
Art. 690	847
1. Petição Inicial.....	847
2. Citação	847
3. Manifestação da parte contrária	847
Art. 691	847
1. Não impugnação.....	847
2. Procedimento.....	847
3. Sentença	848
Art. 692	848
1. Retomada do Curso da Causa Principal	848

Capítulo X DAS AÇÕES DE FAMÍLIA

Art. 693	848
1. Legislação própria.....	848
Art. 694	848
1. Prioridade da solução consensual	849
2. Suspensão do processo	849
Art. 695	849
1. Citação dos réus	849
2. Renúncia prévia à mediação ou à conciliação	850

Art. 696	850
1. Sessões de mediação e conciliação.	850
2. Requerimentos de tutelas provisórias	850
Art. 697	850
1. Resposta do réu.....	850
2. Rito	850
Art. 698	850
1. Intervenção do Ministério Público.....	850
2. Violência doméstica e familiar.....	851
Art. 699	851
1. Depoimento de incapaz	851

Capítulo XI DA AÇÃO MONITÓRIA

Art. 700	851
1. Procedimento Monitório	851
2. Fundamento do Procedimento Monitório	852
3. Pagamento de Soma em Dinheiro, Entrega de Coisa Fungível ou Infungível ou de Bem Móvel ou Imóvel ou ainda Prestação de Fazer ou Não Fazer.....	852
4. Procedimento Monitório e Fazenda Pública	852
5. Título Executivo e Inadmissibilidade da Ação Monitória	852
6. Existência de Prova Escrita e Admissibilidade do Uso do Procedimento Comum	852
7. Conceito de Prova Escrita	853
8. Prova Escrita Composta por Dois ou Mais Escritos.	854
9. Documento Particular.....	854
10. Conta-Corrente.....	854
11. Cheque Prescrito	854
12. Correio eletrônico.....	854
13. Duplicata sem aceite	855
14. Cópia de título	855
15. Bem Alienado Fiduciariamente	855
16. Requisitos da petição inicial.	855
17. Fungibilidade.....	855
18. Citação com Hora Certa	855
19. Citação por Edital.....	855
20. Ação Monitória, Correção Monetária e Juros de Mora.....	855
21. Ação Monitória e Prescrição	855
22. Ação monitoria e dívida ilíquida.....	856
Art. 701	856
1. Diferença entre Prova Escrita, Prova Suficiente para a Tutela Antecipatória e Prova Suficiente para a Improcedência dos Embargos ao Mandado	856
2. Petição Inicial Devidamente Instruída com Prova Escrita	857
3. Suficiência de Convicção de Probabilidade e de Cognição Sumária.....	857
4. Decisão que Defere o Mandado.....	857
5. Deferimento da Expedição do Mandado e Determinação da Citação do Devedor	857
6. Atitudes do Devedor após a Expedição do Mandado	857
7. Estímulo ao Cumprimento do Mandado	858
8. Inércia do Réu e Formação do Título Executivo	858

9. Não Oposição dos Embargos ao Mandado, Multa do art. 523, § 1.º, CPC, e Honorários de Advogado.....	858
10. Mandado definitivo e ação rescisória.....	858
Art. 702	858
1. Apresentação de Embargos ao Mandado e Obstrução da Execução.....	859
2. Embargos com Cognição Exauriente.....	859
3. Cognição <i>Exauriente Secundum Eventum Defensionis</i>	859
4. Procedimento Monitório Viabiliza a Ampla Defesa.....	859
5. Reconvenção.....	860
6. Tutela Antecipatória em Caso de Embargos Infundados.....	860
7. Tutela Antecipatória em Caso de Receio de Dano.....	860
8. Execução Imediata no Caso de Improcedência dos Embargos ao Mandado	861
9. Efeito Suspensivo da Apelação e Ação Monitória	862
10. Prescrição da Fase Executiva da Ação Monitória.....	862
11. Procedência do Pedido Monitório, Multa do art. 520, § 1.º, CPC, e Honorários de Advogado	862
12. Conteúdo da Impugnação.....	862
13. Alegação de Excesso de Execução	862
14. Ação Monitória contra a Fazenda Pública e Remessa Necessária	862
15. Parcelamento e ação monitória.....	863

Capítulo XII

DA HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL

Art. 703	863
1. Homologação de Penhor Legal.....	863
2. Penhor Legal	863
3. Ato Contínuo	864
4. Petição Inicial	864
5. Homologação extrajudicial	864
Art. 704	864
1. Defesa.....	864
2. Dívida Compreendida entre as Previstas em Lei	864
3. Bens Sujeitos a Penhor Legal	865
Art. 705	865
1. Procedimento	865
Art. 706	865
1. Sentença	865
2. Recurso.....	865

Capítulo XIII

DA REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA

Art. 707	865
1. Avarias grossas.....	865
2. Competência para a demanda judicial de regulação de avaria grossa	866
3. Regulador de avaria grossa	866
Art. 708	867
1. Procedimento inicial	867

2. Prazos	867
3. Retenção da carga	867
Art. 709	867
1. Liquidação das avarias.....	867
Art. 710	868
1. Regulamento da avaria grossa.....	868
2. Impugnação do regulamento.....	868
3. Decisão judicial.....	868
Art. 711	868
1. Regulador	868

Capítulo XIV DA RESTAURAÇÃO DE AUTOS

Art. 712	868
1. Restauração de Autos.....	868
Art. 713	869
1. Competência	869
2. Competência	869
3. Juntada de Documentos.....	869
Art. 714	869
1. Ausência de Citação de Litisconsorte na Causa Principal.....	869
2. Contestação	870
3. Concordância	870
4. Concordância Parcial	870
5. Juntada de Documentos.....	870
6. Procedimento	870
7. Colaboração de todos.....	870
Art. 715	870
1. Laudo Pericial.....	871
Art. 716	871
1. Sentença	871
Art. 717	871
1. Desaparecimento no Tribunal.....	871
Art. 718	871
1. Despesas Processuais	871
2. Responsabilidade Processual Civil, Civil e Penal	872

Capítulo XV DOS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

1. Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária.....	872
2. Jurisdição Voluntária e Tutela de Posições Jurídicas Não Expressamente Contempladas pela Legislação Infraconstitucional	872
3. Jurisdição voluntária e surgimento de controvérsia	872
4. Honorários advocatícios.....	872

Seção I Disposições Gerais

Art. 719	873
1. Procedimento Comum de Jurisdição Voluntária	873
Art. 720	873
1. Competência	873
2. Legitimidade Ativa	873
3. Causa de Pedir e Pedido	873
4. Documentos Necessários	873
Art. 721	874
1. Legitimidade Passiva	874
2. Ministério Público	874
3. Nulidade	874
4. Resposta	874
5. Litigiosidade	874
Art. 722	875
1. Fazenda Pública	875
Art. 723	875
1. Equidade	875
2. Sentença	875
3. Despesas Processuais	875
Art. 724	875
1. Apelação	875
2. Redesignação de Sexo no Registro. Possibilidade	876
Art. 725	876
1. Rol Exemplificativo	876
2. Aplicação subsidiária	877

Seção II Da Notificação e da Interpelação

Art. 726	877
1. Protestos, Notificações e Interpelações	877
2. Manifestação de Vontade	877
3. Intimação	877
4. Petição Inicial	878
5. Competência	878
6. Interesse	878
7. Prudência	878
8. Indeferimento da Petição Inicial	878
9. Intimação por Editais	878
10. Protesto contra Alienação de Bens	879
Art. 727	879
1. Interpelação	879
Art. 728	879
1. Defesa e Contraprotesto	879

2. Contraprotesto	879
3. Admissibilidade de Averbação em Registro de Imóveis	879
4. Prazo para a manifestação do requerido	879
5. Recurso	879
Art. 729	880
1. Sentença	880

Seção III Da Alienação Judicial

Art. 730	880
1. Alienações Judiciais	880
2. Contraditório	880
3. Leilão Público	880
4. Procedimento	880
5. Coisa Comum	880
6. Bens de Órfãos	881
7. Alienação de bem objeto de promessa de compra e venda	881

Seção IV Do Divórcio e da Separação Consensuais, da Extinção Consensual de União Estável e da Alteração do Regime de Bens do Matrimônio

Art. 731	881
1. Separação e Divórcio Consensuais	881
2. Mútuo Consentimento	882
3. Conversão da Separação Judicial em Divórcio	882
4. Dissolução Consensual de União Estável	882
5. Pacto Antenupcial	882
6. Partilha de Bens	882
7. Guarda dos Filhos e Regime de Visitas	882
8. Manutenção dos Filhos	882
9. Alimentos	883
10. Preservação Suficiente de Interesse	883
11. Ministério Público	883
12. Homologação	883
13. Doação ao Filho do Casal	883
14. Morte do Pai da Separanda	884
15. Restabelecimento da Sociedade Conjugal	884
16. Rescisão do acordo realizado para o divórcio consensual	884
Art. 732	885
1. Extinção consensual de união estável	885
Art. 733	885
1. Separação e Divórcio Consensuais Extrajudiciais	885
Art. 734	885
1. Requerimento conjunto	886
2. Direitos de terceiros	886
3. Divulgação do pedido de alteração do regime de bens	886
4. Averbação da Alteração de Regime	886

Art. 735	886
1. Testamentos e Codicilos	886
2. Testamento Cerrado	887
3. Competência	887
4. Abertura, Registro e Cumprimento.....	887
5. Língua Estrangeira.....	887
6. Suspeito de Nulidade ou Falsidade.....	887
7. Testamenteiro	887
8. Preferência Legal	887
Art. 736	888
1. Testamento Público	888
Art. 737	888
1. Testamento Particular	888
2. Aferição de Regularidade do Testamento Particular.....	888
3. Reconhecimento de Regularidade.....	888
4. Prova Pericial Grafológica.....	888
5. Abrandamento do Rigor Formal.....	889
6. Registro, Arquivo e Cumprimento.	889
7. Testamentos Especiais e Codicilo	889

Seção VI Da Herança Jacente

Art. 738	890
1. Herança Jacente	890
2. Competência	890
3. Arrecadação de Bens	890
4. Conversão de Inventário em Herança Jacente.....	890
5. Herança Jacente como <i>Ultima Ratio</i>	891
Art. 739	891
1. Curador	891
2. Guarda, Conservação e Administração	892
3. Incorporação ao Patrimônio Público	892
Art. 740	892
1. Arrecadação	892
2. Conclusão da Arrecadação	892
3. Direito Fundamental à Intimidade e à Vida Privada.....	892
4. Autoridade Policial	893
5. Auto de Inquirição e Informação	893
6. Carta Precatória.....	893
7. Apresentação de Herdeiro ou Testamenteiro.....	893
8. Decisão	893
Art. 741	893
1. Publicação de Editais	894
2. Finado Estrangeiro	894
3. Citação Pessoal	894
4. Conversão de Herança Jacente em Inventário	894
5. Credores.	894

Art. 742	894
1. Alienações	894
2. Bens com Valor de Afeição.....	895
Art. 743	895
1. Declaração de Vacância	895
2. Habilitação	895
3. Exceção à Regra da Saisine.....	895
4. Usucapião	895
5. Habilitação nos mesmos Autos	896
6. Ação Própria.....	896

Seção VII

Dos Bens dos Ausentes

Art. 744	896
1. Ausência	896
2. Competência	896
3. Arrecadação dos Bens.....	897
4. Curador	897
5. Pagamento de Benefício Devido ao Ausente	897
Art. 745	898
1. Publicação de Editais	898
2. Sucessão Provisória	898
3. Habilitação	898
4. Como se o Ausente Fosse Falecido	898
5. Tributação	898
6. Caução.....	899
7. Alienar ou Hipotecar	899
8. Sucessão Definitiva.....	899
9. Regresso do Ausente ou de Algum dos seus Descendentes ou Ascendentes.....	899
10. Incorporação ao Patrimônio Público	899
11. Procedimento Comum	899

Seção VIII

Das Coisas Vagas

Art. 746	899
1. Coisas Vagas	900
2. Competência	900
3. Publicação de Editais	900
4. Comparecimento	900
5. Ausência de Comparecimento	900
6. Abandono da Coisa.....	900
7. Suspeita de Crime.....	900

Seção IX

Da Interdição

1. Interdição e Estatuto da Pessoa com Deficiência	901
Art. 747	901
1. Interdição	901

2. Curatela.....	901
3. Legitimidade Ativa.....	901
4. Prova Pré-Constituída da Legitimidade.....	902
5. Tomada de Decisão Apoiada.....	902
Art. 748	902
1. Ministério Público.....	902
Art. 749	902
1. Competência	902
2. Tutela de urgência.....	902
3. Curador Especial	903
4. Inépcia da Petição Inicial	903
Art. 750	903
1. Prova documentada da incapacidade.....	903
Art. 751	903
1. Citação	904
2. Inspeção Judicial Preliminar.....	904
3. Nulidade do processo	904
Art. 752	904
1. Impugnação ao Pedido.....	904
2. Ministério Público.....	905
3. Representação Processual do Interditando	905
Art. 753	905
1. Laudo Pericial.....	905
2. Assistentes Técnicos.....	905
Art. 754	906
1. Conclusão da instrução	906
Art. 755	906
1. Sentença de Interdição.....	906
2. Nomeação de Curador	906
3. Inscrição no Registro e Publicação da Sentença de Interdição.....	907
4. Eficácia Ex Nunc da Sentença de Interdição	907
5. Possibilidade de Anulação de Atos Anteriores à Prolação da Sentença de Interdição.....	907
6. Prescrição Consumada antes da Prolação da Sentença de Interdição	907
Art. 756	908
1. Levantamento de Interdição	908
2. Legitimidade ativa	908
3. Prova Pericial.....	908
4. Audiência de Instrução e Julgamento	908
5. Sentença de Levantamento de Interdição	908
Art. 757	908
1. Extensão da atuação do curador	909
Art. 758	909
1. Recuperação da capacidade do interdito.....	909

Seção X

Disposições Comuns à Tutela e à Curatela

Art. 759	909
1. Tutela	909
2. Tutor.....	909
3. Compromisso	909
4. Responsabilidade do Juiz	910
5. Garantia	910
6. Tomada de Decisão Apoiada.....	910
Art. 760	910
1. Escusa.....	910
2. Prazo	910
3. Decisão.....	910
Art. 761	911
1. Remoção.....	911
2. Responsabilidade do Juiz	911
3. Contestação	911
4. Procedimento	911
5. Sentença	911
Art. 762	911
1. Suspensão do Exercício de suas Funções	911
2. Tutela Provisória de Urgência	911
Art. 763	911
1. Dispensa	912
2. Cessação da Tutela ou Curatela	912
3. Prestação de contas	912

Seção XI

Da Organização e da Fiscalização das Fundações

Art. 764	912
1. Organização e Fiscalização das Fundações	912
2. Instituição de Fundação	912
3. Elaboração de Estatuto	913
4. Ministério Público.....	913
5. Apreciação do Estatuto.....	913
6. Pedido de Suprimento de Aprovação	913
7. Existência Legal da Fundação	913
8. Alteração de Estatuto.....	913
Art. 765	914
1. Extinção da Fundação.....	914

Seção XII

Da Ratificação dos Protestos Marítimos e dos Processos Testemunháveis Formados a Bordo

Art. 766	914
1. Protesto marítimo e processo testemunhável.....	914

2. Competência	914
Art. 767	914
1. Petição inicial.....	914
2. Documentos em língua estrangeira	915
Art. 768	915
1. Instrução do pedido	915
Art. 769	915
1. Curador de ausentes.....	915
Art. 770	915
1. Apreciação judicial.....	915
2. Recurso.....	916

LIVRO II

DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

1. Processo de Execução no Código Buzaid	917
2. Processo de Execução no Código Reformado.....	917
3. Código atual	917

TÍTULO I

DA EXECUÇÃO EM GERAL

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 771	918
1. Aplicação subsidiária	918
2. Aplicação da Parte Geral e do Livro I da Parte Especial subsidiariamente à Execução de Títulos Extrajudiciais.....	918
3. Interesse Processual e Execução de Créditos de Pequeno Valor	918
Art. 772	919
1. Poderes do Juiz.....	919
2. Ordem de Comparecimento das Partes.....	919
3. Ordem de Colaboração com a Execução	919
Art. 773	919
1. Medidas Necessárias	919
2. Confidencialidade.....	919
Art. 774	920
1. Ato atentatório à Dignidade da Justiça.....	920
2. Transparência patrimonial.....	920
3. Multa Sancionatória	921
4. Sem Prejuízo de Outras Sanções.....	921
5. Proveito do Exequente	921
6. Exigível na Própria Execução	921
7. Direito à Relevação da Pena	921
8. Dever de probidade para fora do processo de execução	921
Art. 775	921
1. Desistência	922

2. Embargos à Execução	922
3. Impugnação	922
Art. 776	922
1. Responsabilidade do Exequente.....	922
2. Pagamento em Dobro ou pelo Equivalente da Dívida	922
3. Apuração dos Danos	922
Art. 777	923
1. Exigibilidade das Multas dentro do Próprio Processo.....	923
2. Realização da Multa por Execução ou Compensação	923

Capítulo II DAS PARTES

1. Partes.....	923
2. Litisconsórcio	923
3. Intervenção de Terceiros	923
Art. 778	923
1. Legitimidade Ativa.....	924
2. Credores Solidários.....	924
3. Demanda Condenatória	924
4. Execução Forçada. Título Executivo Extrajudicial	924
5. Desnecessidade de anuência da parte contrária para a sucessão.....	925
6. Cessionário.....	925
Art. 779	925
1. Legitimidade Passiva	925
2. O fiador judicial	926
3. Assistência judiciária gratuita.....	926
Art. 780	926
1. Cumulação de Execuções.....	926
2. Tríplice Identidade	926
3. Inclusão de parcelas vincendas	927

Capítulo III DA COMPETÊNCIA

Art. 781	927
1. Competência para Execução de Título Extrajudicial	928
2. Derrogação da competência em favor da economia processual e do interesse do executado	928
3. Processo de execução e convenção arbitral	928
4. Sede de pessoa jurídica.....	928
Art. 782	929
1. Atos Executivos	929
2. Autorização para cumprir medidas fora da sede do juízo	929
3. Força Policial	929
4. Cadastro de inadimplentes.....	929
5. Cadastro de inadimplentes e execução fiscal.....	929

Capítulo IV DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO

Seção I Do Título Executivo

Art. 783	930
1. Obrigação Certa, Líquida e Exigível	930
2. Nulidade da Execução	930
3. Inclusão de parcelas vincendas e liquidez do título	930
Art. 784	931
1. Títulos Executivos Extrajudiciais	931
2. Títulos de Crédito	932
3. Escritura Pública ou Outro Documento Público Assinado pelo Devedor	932
4. Documento Particular Assinado pelo Devedor e por Duas Testemunhas	932
5. Instrumento de Transação Referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado pelo tribunal	933
6. Contratos Garantidos por Hipoteca, Penhor, Anticrese, outro Direito Real de Garantia e Caução	933
7. Contratos de Seguro de Vida	933
8. Crédito de Foro e Laudêmio	934
9. Crédito de Aluguel e de Encargos Acessórios	934
10. Certidão de Dívida Ativa	934
11. Contribuições de Condomínio Edifício	934
12. Certidão de Serventia Notarial e de Registro	934
13. Demais Títulos	935
14. Propositura de Ação não Inibe o Credor de Promover-lhe a Execução	935
15. Título Executivo Extrajudicial Estrangeiro	936
Art. 785	936
1. Interesse processual e título extrajudicial	936

Seção II Da Exigibilidade da Obrigação

Art. 786	936
1. Requisitos da obrigação exigível em execução	936
2. Liquidação por cálculo e liquidez da obrigação	936
Art. 787	936
1. Sinalagma	937
2. Satisfação	937
3. Exoneração	937
4. Despesas Processuais	937
Art. 788	937
1. Adimplemento	937
2. Inadimplemento	937
3. Adimplemento Insatisfatório e Violação Positiva do Contrato	938

Capítulo V

DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL

Art. 789	938
1. Responsabilidade Patrimonial.....	938
2. Processualidade.....	938
3. Âmbito de Aplicação	939
Art. 790	939
1. <i>Schuld e Haftung</i>	939
2. Sequela	939
3. Sócio.....	939
4. Responsabilidade Patrimonial do Empresário Individual	940
5. Em Poder de Terceiros	940
6. Cônjuge	940
7. Intimação do Cônjuge	940
8. Em Fraude à Execução.....	941
9. Em Fraude contra Credores	941
10. Desconsideração de Personalidade Jurídica	941
11. Intimação do Terceiro	941
12. Responsabilidade Patrimonial e Responsabilidade Civil por Fato de Outrem.....	941
13. Dívida <i>propter rem</i> e penhora de bem de terceiro.....	941
14. Conta corrente conjunta.....	942
Art. 791	942
1. Direito de superfície.....	942
2. Responsabilidade do superficiário por dívidas que incidam sobre o imóvel	942
3. Enfitese, Concessão de Uso Especial para fins de Moradia e Concessão de Direito Real de Uso.....	942
Art. 792	943
1. Fraude à Execução	943
2. Litispendência	944
3. Demanda Real ou Demanda Capaz de Reduzir o Demandado à Insolvência.....	944
4. Desnecessidade de Prova do <i>Consilium Fraudis</i>	944
5. Proteção ao Terceiro de Boa-Fé.....	945
6. Fraude à Execução e Fraude contra Credores	945
7. Fraude à Execução e Alienação de Bem Construído.....	945
8. Fraude à Execução e Execução Fiscal	946
9. Boa-fé e Bens não sujeitos a Registro	946
10. Fraude à Execução e Bens do Sócio antes do Redirecionamento da Execução	946
11. Fraude à Execução e Impenhorabilidade do Bem de Família	946
12. Súmula 375, STJ, e Execução Fiscal	946
13. Intimação do Terceiro	946
14. Fraude à execução e alienações sucessivas	947
15. Alienação de bem a familiar e fraude à execução	948
Art. 793	948
1. Penhora sobre a Coisa Retida.....	948
2. <i>Exceptio Excussionis Realis</i>	948
3. Nova Penhora	948
Art. 794	949
1. Benefício de Ordem	949

2. Mesmos Autos.....	949
3. Benefício de ordem e bens situados em outro foro ou onerados.....	949
Art. 795	949
1. Bens Particulares dos Sócios.....	949
2. Redirecionamento	950
3. Formas Sociais	950
4. Desconsideração da Personalidade Jurídica	950
5. Responsabilidade Tributária.....	950
6. Mesmos Autos.....	951
Art. 796	951
1. Espólio	951
2. Redirecionamento da Execução contra o Espólio.....	951

TÍTULO II

DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO

1. Técnicas Processuais Executivas.....	952
2. Audiência de conciliação.....	952

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 797	952
1. Interesse do Exequente	952
2. Preferência.....	952
3. Títulos Legais de Preferência.....	953
4. <i>Concursus Fiscalis</i>	953
5. Mais de uma Penhora.....	953
6. Competência	954
Art. 798	954
1. Petição Inicial	954
2. Inclusão das prestações vincendas	955
3. Técnica Processual Executiva	955
4. Instrução.....	955
5. Prova da contraprestação.....	955
6. Requisitos do demonstrativo de débito.....	956
7. Direito à Emenda	956
Art. 799	956
1. Intimação	957
2. Tutela de urgência.....	957
3. Averbação da execução e de atos executivos	957
Art. 800	957
1. Obrigações Alternativas e Obrigações Facultativas	958
2. Escolha.....	958
3. Prazo. Título Executivo Extrajudicial.....	958
Art. 801	958
1. Direito à Emenda	958
2. Embargos à Execução	958

Art. 802	958
1. Interrupção da Prescrição.....	959
2. Interrupção de Prescrição e Vistoria.....	959
3. Prescrição e Títulos Judiciais.....	959
4. Juros de Mora e Execução de Honorários Advocatícios.....	959
5. Execução Integral e Prescrição Parcial.....	959
6. Ação Revisional e Interrupção da Prescrição	959
Art. 803	959
1. Nulidade da Execução.....	960
2. Exceção de Pré-Executividade	960
Art. 804	960
1. Intimação do Senhorio Direto, Credor Pignoratício, Hipotecário, Anticrético ou Usu-frutuário.....	960
2. Ineficácia	961
Art. 805	961
1. Modo Menos Gravoso para o Executado	961
2. Ônus da prova do meio menos gravoso.....	961
3. Prevalência do princípio da efetividade da execução	962
4. Proporcionalidade e Razoabilidade da Execução	962

Capítulo II

DA EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA

1. Coisa Certa e Coisa Incerta.....	962
-------------------------------------	-----

Seção I

Da Entrega de Coisa Certa

Art. 806	962
1. Tutela dos Direitos e Técnicas Processuais.....	962
2. Poder Executivo do Juiz. Aplicação Subsidiária do art. 538, CPC.....	963
3. Citação do Executado	963
4. Desnecessidade de Segurança do Juízo.....	963
5. Mandado de Imissão na Posse ou de Busca e Apreensão.....	963
6. Multa Coercitiva. <i>Astreintes</i>	964
Art. 807	964
1. Finda a Execução	964
2. Pagamento de Frutos ou Ressarcimento de Prejuízos	964
Art. 808	964
1. Opção do Exequente.....	964
2. Embargos de Terceiro	964
Art. 809	965
1. Tutela Ressarcitória e Tutela Reparatória	965
2. Valor da Coisa e dos Prejuízos	965
3. Conversão da execução para entrega de coisa para execução por quantia certa.....	965
Art. 810	965
1. Benfeitorias Indenizáveis	965
2. Direito de Retenção	966

3. Saldo em Favor do Devedor	966
4. Saldo em Favor do Credor.....	966

Seção II

Da Entrega de Coisa Incerta

Art. 811	966
1. Prévia Determinação.....	966
2. Ausência de Escolha	966
Art. 812	967
1. Impugnação.....	967
2. Decisão.....	967
Art. 813	967
1. Execução para Entrega de Coisa Certa.....	967

Capítulo III

DA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER OU DE NÃO FAZER

Seção I

Disposições Comuns

Art. 814	967
1. Multa Coercitiva. <i>Astreintes</i>	967
2. Multa Fixa, Multa Periódica, Multa Progressiva.....	967
3. Data a Partir da qual Será Devida.....	968
4. Possibilidade de Revisão do Valor da Multa.....	968
5. Critérios jurisprudenciais para a fixação da multa coercitiva	969

Seção II

Da Obrigação de Fazer

1. Fazer Fungível e Fazer Infungível.....	969
Art. 815	969
1. Prazo para Satisfazê-la.....	969
2. Multa Coercitiva. <i>Astreintes</i>	969
3. Embargos à Execução	969
Art. 816	970
1. Executada à Custa do Devedor.....	970
2. Urgência na Realização da Prestação	970
3. Perdas e Danos.....	970
4. Cláusula Penal	970
Art. 817	970
1. Realização por Terceiro	970
2. Aprovação da Proposta	971
Art. 818	971
1. Prestado o Fato	971
2. Prosseguimento da Execução pela Quantia Adiantada.....	971
Art. 819	971
1. Ausência de Prestação ou Prestação Incompleta ou Defeituosa	972

2. Oitiva do Terceiro	972
3. Decisão	972
Art. 820	972
1. Preferência do Exequente.....	972
Art. 821	972
1. Fazer Infungível.....	973
2. Conversão da Tutela Específica em Tutela pelo Equivalente Monetário	973

Seção III

Da Obrigação de não Fazer

Art. 822	973
1. Imposição de Não Fazer e Imposição de Desfazer	973
2. Imposição de Não Fazer.....	973
3. Imposição de Desfazer	973
4. Urgência em Desfazer.....	974
Art. 823	974
1. Desfazimento à Custa do Executado.....	974
2. Conversão da Tutela Específica em Tutela pelo Equivalente Monetário	974

Capítulo IV

DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA

Seção I

Disposições Gerais

Art. 824	974
1. Execução por Quantia Certa.....	974
Art. 825	975
1. Expropriação	975
2. Preferência.....	975
Art. 826	975
1. Remição da Execução	975
2. Remição da Execução Fiscal	975
3. Legitimidade	975
4. Termo Final.....	976
5. Desconstituição da Adjudicação ou Alienação	976

Seção II

Da Citação do Devedor e do Arresto

Art. 827	976
1. Honorários de Advogado.....	976
2. Redução da Verba Honorária	976
3. Não aplicação ao Cumprimento de Sentença Condenatória.....	976
Art. 828	976
1. Averbação	977
2. Faculdade do Demandante	977

3. Ação cuja Concessão da Tutela do Direito Pode Levar o Demandado ao Estado de Insolvência	977
4. Certidão.....	978
5. Comunicação.....	978
6. Cancelamento.....	978
7. Averbação Manifestamente Indevida.....	978
Art. 829	978
1. Citação	979
2. Decisão que Determina a Citação	979
3. Litisconsórcio Passivo	979
4. Penhora e Avaliação	979
5. Indicação de Bens à Penhora pelo Exequente	979
6. Dever de indicação de Bens à Penhora pelo Executado.....	980
7. Direito de indicação de bens pelo executado.....	980
8. Realização Superveniente da Penhora e Defesa do Executado.....	980
9. Desconsideração da Pessoa Jurídica e Desconsideração Inversa da Pessoa Jurídica	980
10. Juros de mora	981
11. Citação por edital.....	981
Art. 830	981
1. Pré-penhora.....	981
2. Duas Vezes em Dias Distintos	982
3. Citação do Executado	982
4. Conversão Automática.....	982
5. Desnecessidade de Intimação da Conversão da Pré-penhora em Penhora	982
6. Modalidades de arresto executivo.....	982

Seção III

Da Penhora, do Depósito e da Avaliação

Subseção I

Do Objeto da Penhora

Art. 831	982
1. Objeto da penhora	983
Art. 832	983
1. Impenhoráveis ou Inalienáveis	983
2. Tipicidade	983
3. Disponibilidade	983
Art. 833	983
1. Impenhorabilidade	984
2. Honorários de Profissional Liberal.....	984
3. Comissões de Leiloeiro	984
4. Necessários ou Úteis ao Exercício de Qualquer Profissão	985
5. Pequena Propriedade Rural.....	985
6. Quotas Sociais	985
7. Bem de Família	985
8. Penhorabilidade do bem de família	986
9. Impenhorabilidade de bem de família e preclusão	987
10. Impenhorabilidade de bem de família e fraude à execução	987

11. Crédito Concedido para Aquisição do Próprio Bem	987
12. Créditos destinados ao FIES.....	987
13. Crédito Alimentar	987
14. Impenhorabilidade de remuneração e depósitos em caderneta de poupança	988
15. Remuneração e impenhorabilidade	988
16. Penhorabilidade de remunerações e honorários advocatícios	989
17. Impenhorabilidade de depósitos em conta-corrente e em fundos de investimentos	989
18. Preservação do mínimo existencial	989
19. Impenhorabilidade e ação de improbidade administrativa.....	989
20. Incorporação imobiliária.....	989
Art. 834	990
1. Penhorabilidade, à Falta de Outros Bens	990
Art. 835	990
1. Ordem Preferencial.....	990
2. Ações e Quotas de Sociedades Empresárias	991
3. Percentual do Faturamento de Empresa Executada.....	991
4. Títulos e Valores Mobiliários com Cotação em Mercado	991
5. Outros Direitos.....	992
6. Alteração da ordem legal.....	992
7. Execução de Crédito com Garantia Real.....	992
8. Seguro-garantia judicial e fiança bancária	992
Art. 836	992
1. Não realização da Penhora	992
2. Relação de bens e depósito provisório.....	993

Subseção II

Da Documentação da Penhora, de seu Registro e do Depósito

Art. 837	993
1. Comunicação eletrônica de atos executivos	993
Art. 838	993
1. Requisitos	993
Art. 839	993
1. Penhora e Depósito.....	993
Art. 840	994
1. Depositário	994
2. Preferencialmente Depositados.....	994
3. Direitos e Deveres do Depositário.....	994
4. Prisão Civil. STF	995
Art. 841	996
1. Penhora e intimação do executado.....	996
2. Dispensa de intimação do executado	996
3. Alteração do endereço do advogado e intimação dirigida ao endereço constante dos autos	996
Art. 842	996
1. Cônjuge do Executado.....	996

Art. 843	997
1. Bem Indivisível	997
2. Outras Hipóteses de Condomínio sobre Bem Indivisível	997
3. Insuficiência do produto da expropriação	997
4. Preferência na arrematação	997
Art. 844	997
1. Presunção Absoluta de Conhecimento por Terceiros	998
2. Irrelevância da averbação da penhora para a sua constituição	998

Subseção III

Do Lugar de Realização da Penhora

Art. 845	998
1. Onde Quer que se Encontrem os Bens	998
2. Realização da Penhora	999
3. Penhora de Imóveis	999
4. Execução por Carta	999
5. Embargos à Execução por Carta	999
Art. 846	999
1. Ordem de Arrombamento	999
2. Tutela Penal	1000
3. Auto Circunstanciado	1000
4. Força Policial	1000
5. Auto da Ocorrência	1000

Subseção IV

Das Modificações da Penhora

Art. 847	1000
1. Substituição do Bem Penhorado	1001
2. Ônus do Executado	1001
3. Oferecimento de bem imóvel em substituição	1001
4. Contraditório	1001
Art. 848	1001
1. Substituição da Penhora	1002
2. Substituição por Carta de Fiança ou Apólice de Seguro	1002
3. Contraste entre o art. 847 e art. 848	1003
Art. 849	1003
1. Substituição de bem penhorado e novo termo	1003
Art. 850	1003
1. Substituição de bem penhorado e novo termo	1003
Art. 851	1003
1. Segunda Penhora	1004
2. Impugnação da Execução e Realização de Segunda Penhora	1004
Art. 852	1004
1. Alienação Antecipada	1004

Art. 853	1004
1. Contraditório.....	1004
2. Contraditório postergado e alienação antecipada de bem	1004
3. Decisão.....	1005

Subseção V

Da Penhora de Dinheiro em Depósito ou em Aplicação Financeira

Art. 854	1005
1. Penhora Eletrônica	1006
2. Bacenjud/Sisbajud	1006
3. Outros instrumentos de penhora eletrônica	1006
4. Dever de se Cadastrar junto aos Sistemas de Penhora Eletrônica.....	1007
5. Penhora Eletrônica e Direito à Intimidade	1007
6. Controle judicial da indisponibilidade.....	1008
7. Impenhorabilidade	1008
8. Responsabilidade civil da instituição financeira.....	1008
9. Partido Político	1008
10. Multa Sancionatória	1008
11. Tutela Inibitória e Tutela de Remoção do Ilícito.....	1009
12. Bloqueio de ativos financeiros e citação do executado	1009

Subseção VI

Da Penhora de Créditos

Art. 855	1009
1. Penhora de Crédito.....	1009
Art. 856	1009
1. Penhora de Crédito Representado por Título de Crédito	1010
2. Pagamento do Terceiro	1010
3. Conluio entre o Executado e o Terceiro	1010
Art. 857	1010
1. Sub-rogação ou Alienação	1010
2. Prosseguimento na Execução	1011
3. Sub-rogação, Alienação e Compensabilidade.....	1011
Art. 858	1011
1. Juros, Rendimentos e Prestações	1011
Art. 859	1011
1. Penhora sobre Direito a Coisa.....	1012
Art. 860	1012
1. Penhora sobre Direito Litigioso	1012
2. Penhora no rosto dos autos e arbitragem	1012

Subseção VII

Da Penhora das Quotas ou das Ações de Sociedades Personificadas

Art. 861	1012
1. Subsidiariedade.....	1013
2. Penhora de quotas de sociedades e vedação contratual.....	1013

3. Sociedades de capital e sociedades de pessoas	1013
4. Sociedades cooperativas	1014
5. Penhora de quotas, alienação de bens da sociedade e fraude à execução	1014
6. Penhora de quotas e preferência para sua aquisição	1014
7. Prazo do procedimento de penhora e alienação de quotas sociais	1014

Subseção VIII

Da Penhora de Empresa, de Outros Estabelecimentos e de Semoventes

Art. 862	1014
1. Penhora sobre Estabelecimento Comercial, Industrial ou Agrícola, Semoventes, Plantações ou Edifício em Construção	1015
2. Depositário-administrador	1015
3. Edifícios construídos sob regime de incorporação e penhora	1015
4. Administrador e afastamento do incorporador	1016
Art. 863	1016
1. Penhora sobre Empresa mediante Concessão ou Autorização	1016
2. Ausência de Intimação do Poder Público	1016
Art. 864	1016
1. Penhora sobre Navio ou Aeronave	1016
2. Depositário	1017
Art. 865	1017
1. Princípio da menor onerosidade	1017

Subseção IX

Da Penhora de Percentual de Faturamento de Empresa

Art. 866	1017
1. Percentual de Faturamento	1017
2. Excepcionalidade	1018

Subseção X

Da Penhora de Frutos e Rendimentos de Coisa Móvel ou Imóvel

Art. 867	1018
1. Penhora de percentual de faturamento de empresa	1018
2. Menos Gravoso ao Executado e Eficiente para o Recebimento do Crédito	1018
Art. 868	1019
1. Perda do Gozo	1019
2. Eficácia da penhora	1019
3. Administrador	1019
Art. 869	1019
1. Depositário	1020
2. Contraditório e nomeação de terceiro	1020
3. Tempo Necessário	1020
4. Decisão	1020
5. Pagamento	1020
6. Locação	1020

Subseção XI
Da Avaliação

Art. 870	1020
1. Avaliação	1021
2. Avaliador	1021
3. Contraditório. Possibilidade de Nomeação de Assistente Técnico	1021
4. Avaliação Errônea.....	1021
Art. 871	1022
1. Desnecessidade.....	1022
2. Avaliação Regular	1022
3. Aceitação da avaliação e presunção relativa.....	1022
Art. 872	1022
1. Laudo de Avaliação.....	1022
2. Cômoda divisão do bem e alienação	1023
3. Fração impenhorável.....	1023
Art. 873	1023
1. Nova Avaliação	1023
2. Hipóteses.....	1023
3. Segunda avaliação	1024
Art. 874	1024
1. Requerimento do Interessado e Oitiva da Parte Contrária.....	1024
2. Adequação da Penhora.....	1024
Art. 875	1024
1. Início dos Atos de Expropriação	1024

Seção IV
Da Expropriação de Bens

Subseção I
Da Adjudicação

Art. 876	1025
1. Adjudicação	1025
2. Adjudicação e Dação em Pagamento	1025
3. Momento.....	1026
4. Legitimados.....	1026
5. Preferência	1026
6. Intimação	1026
7. Preço.....	1026
8. Crédito Inferior e Crédito Superior	1027
Art. 877	1027
1. Prazo para a lavratura do auto.....	1027
2. Questões Decididas	1027
3. Auto de Adjudicação.....	1027
4. Carta de Adjudicação ou Mandado de Entrega	1028
5. Remição de bem hipotecado	1028
6. Remição e bem de falido ou insolvente	1028

Art. 878	1028
1. Renovação do direito de adjudicação quando frustradas as tentativas de alienação do bem.....	1028

Subseção II
Da Alienação

Art. 879	1028
1. Modalidades de alienação judicial	1028
Art. 880	1029
1. Alienação por Iniciativa Particular	1029
2. Momento.....	1029
3. Alienação Particular de Ofício.	1029
4. Preço.....	1029
5. Controle Judicial.....	1030
6. Termo de Alienação	1030
7. Carta de Alienação ou Mandado de Entrega.....	1030
8. Questões Decididas	1030
9. Provimentos dos Tribunais.....	1030
10. Inexistência de corretor ou leiloeiro no foro da causa	1030
Art. 881	1030
1. Ordem de preferência das técnicas de alienação.....	1031
2. Alienação e Bolsa de Valores.	1031
Art. 882	1031
1. Prioridade entre as técnicas de leilão judicial	1031
2. Garantias necessárias para o leilão eletrônico.....	1031
3. Leilão eletrônico e duas hastas.....	1031
4. Leilão eletrônico e local dos bens.....	1031
5. Leilão simultâneo	1032
6. Local de realização do leilão presencial.....	1032
Art. 883	1032
1. Indicação	1032
Art. 884	1032
1. Comissão de Leiloeiro	1032
Art. 885	1033
1. Parâmetros do leilão judicial.....	1033
Art. 886	1033
1. Edital de Leilão Público.....	1033
2. Local	1034
3. Execução fiscal e segundo leilão	1034
Art. 887	1034
1. Fixação e Publicação de Editais.....	1034
2. Cientificação do Executado	1034
3. Intimação de titulares de direitos reais limitados, direitos reais de garantia e alguns outros interesses sobre o bem	1035
4. Intimação do Exequente	1035

Art. 888	1035
1. Transferência	1035
2. Responsabilidade	1035
Art. 889	1036
1. Intimações necessárias	1036
2. Ineficácia da alienação quando não realizadas as intimações	1036
3. Nulidade de algibeira	1037
Art. 890.	1037
1. Legitimidade para oferecer lance.....	1037
Art. 891.	1037
1. Preço Vil.....	1037
Art. 892.	1038
1. Pagamento do lance vencedor	1038
2. Arrematação	1038
3. Arrematação pelo exequente	1038
4. Preferência na arrematação.....	1038
Art. 893	1039
1. Diversos Bens	1039
Art. 894.	1039
1. Cômoda Divisão	1039
2. Ausência de Lançador.....	1039
3. Requerimento de alienação fracionada de bem	1039
Art. 895	1039
1. Prestações	1040
2. Inadimplemento das prestações	1040
Art. 896	1041
1. Imóvel de Incapaz	1041
2. Pretendente	1041
Art. 897.	1041
1. Inadimplemento	1041
Art. 898	1041
1. Fiador	1041
Art. 899	1042
1. Satisfação do Exequente	1042
2. Menor Onerosidade.....	1042
Art. 900	1042
1. Prosseguimento	1042
Art. 901	1042
1. Auto de Arrematação	1042
2. Prazo de Espera para a Expedição da Ordem de Entrega ou de Imissão e da Carta de Arrematação	1042
3. Ordem de Entrega	1043
4. Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega	1043

5. Requisitos da Carta de Arrematação	1043
6. Imissão na Posse	1043
7. Remição da execução	1044
Art. 902	1044
1. Remição de bem hipotecado	1044
Art. 903	1044
1. Perfeita, Acabada e Irretratável.....	1045
2. Ineficácia da Arrematação.....	1045
3. Invalidez da Arrematação.....	1045
4. Decisão	1046
5. Procedência dos Embargos do Executado ou da Impugnação.....	1046
6. Expedição da Carta de Arrematação e Desconstituição da Alienação.....	1046
7. Arrependimento do arrematante.....	1046
8. Arrematação e ônus anteriores sobre os bens	1046
9. Ação anulatória de arrematação e decadência.....	1047

Seção V

Da Satisfação do Crédito

Art. 904	1047
1. Satisfação do credor	1047
Art. 905	1047
1. Entrega do Dinheiro	1047
2. Credor	1047
3. Plantão judiciário e vedação de levantamento de dinheiro ou de liberação de bens.....	1048
Art. 906	1048
1. Quitação	1048
Art. 907	1048
1. Devedor.....	1049
Art. 908	1049
1. Concurso Singular de Credores.....	1049
2. Preferência	1049
3. Adjudicação, alienação e sub-rogação do crédito	1049
4. Execução e Penhora	1050
5. Concurso entre o advogado e seu cliente.....	1050
Art. 909	1051
1. Cognição.....	1051
2. Decisão	1051

Capítulo V

DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

Art. 910	1051
1. Execução contra a Fazenda Pública	1051
2. Execução contra a Fazenda Pública como Execução de Crédito contra a Fazenda Pública	1052
3. Título Executivo Judicial e Título Executivo Extrajudicial.....	1052
4. Execução contra a Fazenda Pública de Decisão Definitiva e Execução contra a Fazenda Pública de Decisão Provisória	1052

5. Citação para Oposição de Embargos.....	1052
6. Embargos à Execução da Fazenda Pública e Ausência de Outorga de Efeito Suspensivo	1053
7. Embargos à Execução e Parcela Incontroversa do Crédito Exequendo	1053
8. Conteúdo dos Embargos à Execução contra a Fazenda Pública.....	1053
9. Natureza da Atividade do Presidente do Tribunal	1053
10. Precatório	1054
11. Precatório Alimentar	1054
12. Débitos de Natureza Alimentícia.....	1054
13. Precatório Complementar.....	1055
14. Ausência de Pagamento de Precatório. Intervenção Federal	1055
15. Crédito de Pequeno Valor	1055
16. Preferência e Sequestro	1056
17. Correção Monetária de Precatórios.....	1056
18. Honorários Advocatícios e Execução contra a Fazenda Pública	1057
19. Juros de Mora e Expedição do Precatório.....	1057
20. Prescrição.....	1057

Capítulo VI

DA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

Art. 911	1057
1. Alimentos	1058
2. Técnicas Processuais Executivas para Tutela do Direito aos Alimentos.....	1058
3. Título Executivo	1058
4. Expropriação	1059
5. Oferecimento de Impugnação ou de Embargos.....	1059
6. Execução por Coerção e Citação do Executado	1059
7. Prisão Civil	1059
8. Prazo	1060
Art. 912	1060
1. Desconto em Folha	1061
2. Dever de Terceiros	1061
3. Desconto em Renda.....	1061
Art. 913	1061
1. Execução de Alimentos por Expropriação Patrimonial	1061

TÍTULO III

DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO

Art. 914	1062
1. Embargos do Executado	1062
2. Embargos à Execução e Ônus da Prova	1062
3. Independentemente de Penhora, Depósito ou Caução	1062
4. Distribuição, Apensamento e Instrução	1062
5. Embargos dentro da execução e erro grosseiro.	1062
6. Outras Formas de Oposição à Execução.....	1063
7. Exceção de Pré-Executividade	1063
8. Ação Impugnativa Declaratória ou Desconstitutiva Autônoma	1063
9. Embargos à Execução por Carta	1064
10. Embargos do Executado e Valor da Causa.....	1064

Art. 915	1064
1. Prazo	1065
2. Mais de um Executado.....	1065
3. Cônjuges e Companheiros	1065
4. Execuções por Carta Precatória.....	1065
5. Embargos à execução e convenção de arbitragem	1066
Art. 916	1066
1. Parcelamento	1066
2. Pressupostos Legais	1067
3. Deferimento ou Indeferimento	1067
4. Não Pagamento de Qualquer das Prestações	1067
5. Requerimento de Parcelamento e Embargos à Execução.....	1067
Art. 917	1068
1. Cognição nos Embargos	1068
2. Inviabilidade da Execução.....	1069
3. Penhora Incorreta ou Avaliação Errônea	1069
4. Excesso de Execução	1069
5. Hipóteses de excesso de execução	1069
6. Quantia Superior à do Título	1070
7. Cumulação Indevida de Execuções	1070
8. Retenção por Benfeitorias.....	1070
9. Incompetência Absoluta ou Relativa	1071
10. Qualquer Matéria	1071
11. Embargos de Retenção por Benfeitorias e Compensação	1071
12. Embargos de Retenção por Benfeitorias e Imissão na Posse	1071
13. Arguição de Impedimento e Suspeição	1071
Art. 918	1071
1. Rejeição Liminar dos Embargos	1071
2. Ausência de Impugnação Específica ao Cálculo do Autor e Rejeição Liminar dos Embargos	1072
3. Direito à Emenda	1072
4. Improcedência Liminar	1072
5. Recurso Cabível.....	1072
Art. 919	1073
1. Não Terão Efeito Suspensivo	1073
2. Atribuição de Efeito Suspensivo	1073
3. Perigo Manifesto de Dano Grave de Difícil ou Incerta Reparação.....	1073
4. Prévia e Suficiente Garantia da Execução.....	1074
5. Modulação do Efeito Suspensivo	1074
6. Alcance do Efeito Suspensivo	1074
7. Decisão Relativa ao Efeito Suspensivo	1074
8. Recurso Cabível.....	1075
9. Efeito Suspensivo e Prescrição Intercorrente	1075
Art. 920	1075
1. Resposta do Embargado	1075
2. Revelia do Embargado	1075
3. Julgamento Imediato ou Audiência.....	1076
4. Julgamento de Procedência dos Embargos e Sorte da Adjudicação, Alienação ou Arrematação	1076

5. Honorários Advocatícios	1076
6. Honorários Advocatícios e Execução contra a Fazenda Pública	1077

TÍTULO IV

DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Capítulo I

DA SUSPENSÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Art. 921	1078
1. Suspensão da Execução	1078
2. Embargos à Execução e Impugnação	1079
3. Causas Gerais de Suspensão do Processo	1079
4. Ausência de Bens Penhoráveis	1079
5. Prescrição Intercorrente e Execução Fiscal	1079
6. Prescrição Intercorrente e Intimação do Exequente	1079
7. Prescrição Intercorrente e Falecimento do Exequente	1080
8. Não Localização de Bens e Arquivamento da Execução	1080
9. A Súmula 150, STF	1080
10. As alterações da Lei 14.195/21 e sua inconstitucionalidade	1080
11. Não localização do executado e suspensão do processo	1080
12. Não localização do executado e citação por edital	1081
13. Decretação de nulidade do procedimento que reconhece prescrição intercorrente	1081
Art. 922	1081
1. Convenção das Partes	1081
Art. 923	1082
1. Atos Urgentes	1082

Capítulo II

DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Art. 924	1082
1. Extinção da Execução	1082
2. Entrega do Dinheiro	1082
3. Pagamento de Débito no Âmbito Administrativo	1082
4. Outras Hipóteses	1082
Art. 925	1083
1. Declaração por Sentença	1083
2. Extinção da Execução e Apelação	1083

LIVRO III
DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E DOS MEIOS
DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

TÍTULO I
DA ORDEM DOS PROCESSOS E DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA
ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS

Capítulo I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 926	1086
1. Liberdade, Igualdade e Segurança Jurídica	1086
2. Tribunais	1087
3. Precedente, Jurisprudência e Súmula	1088
4. Estável, Íntegra e Coerente	1089
5. <i>Stare Decisis</i>	1090
6. <i>Stare Decisis</i> Horizontal	1090
7. Precedente do STF. Vigência do <i>Stare Decisis</i> no Direito Brasileiro	1090
8. Precedente do STJ. Vigência do <i>Stare Decisis</i> no Direito Brasileiro	1091
Art. 927	1092
1. <i>Stare Decisis</i>	1092
2. <i>Ratio Decidendi</i>	1093
3. <i>Obiter Dictum</i>	1094
4. Jurisprudência	1094
5. Interpretação e Aplicação	1094
6. Formação	1094
7. Distinção	1094
8. Superação	1095
9. Superação para Frente	1095
10. Modulação de Efeitos	1096
11. Quórum para Superação para Frente	1096
12. Superação Parcial	1097
Art. 928	1097
1. Julgamentos Repetitivos	1097
2. Objeto	1097

Capítulo II
DA ORDEM DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL

Art. 929	1098
1. Registro	1098
2. Descentralizado	1098
Art. 930	1098
1. Distribuição	1098
2. Prevenção	1098
Art. 931.	1098
1. Relator	1098

Art. 932.	1099
1. Poderes do Relator	1099
2. Direção do Processo	1100
3. Questões Incidentais	1100
4. Não Conhecer	1100
5. Negar Provitimento	1100
6. Dar Provitimento	1101
7. Colegiado	1101
8. Colegiado Como Última Instância	1101
9. Dever de Prevenção	1101
10. Saneamento Recursal e Vícios Formais	1101
Art. 933	1101
1. Dever de Diálogo	1102
2. Momento	1102
Art. 934	1102
1. Publicidade	1102
Art. 935	1102
1. Pauta	1103
2. Nova Pauta	1103
3. Vista dos Autos	1103
Art. 936	1103
1. Ordem	1103
Art. 937	1103
1. Sustentação Oral	1104
2. Feitos que Admitem	1104
3. Não Surpresa	1104
4. Sustentação Oral e Agravo Interno de Negativa de Provitimento de Recurso Especial	1105
5. Sustentação Oral e Agravo Interno de Decisões Proferidas em Processos de Competência Originária	1105
Art. 938	1105
1. Questões Preliminares	1105
2. Vício Sanável	1106
Art. 939	1106
1. Julgamento Principal	1106
2. Juízes Vencidos	1106
Art. 940	1106
1. Vista	1107
Art. 941	1107
1. Resultado	1107
2. Juiz Afastado ou Substituído	1107
3. Voto Vencido	1107
Art. 942	1108
1. Ampliação do Debate	1108
2. Não Unânime	1108
3. Decisões Finais	1108
4. Não se Aplica	1108

5. Prosseguimento	1109
6. Embargos Declaratórios do Julgamento Ampliado	1109
Art. 943	1109
1. Suporte	1109
2. Ementa	1109
3. Publicação	1109
Art. 944	1110
1. Notas	1110
Art. 945	1110
1. Julgamento Eletrônico	1110
Art. 946	1110
1. Ordem de Julgamento	1110

Capítulo III

DO INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA

Art. 947	1110
1. Assunção de Competência	1111
2. Legitimidade	1111
3. Julgamento	1111
4. Procedimento	1111

Capítulo IV

DO INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

Art. 948	1112
1. Controle de Constitucionalidade	1112
2. Controle Difuso	1112
3. Arguição de Inconstitucionalidade	1112
Art. 949	1112
1. Admissão	1113
2. Rejeição	1113
3. Dispensa	1113
Art. 950	1113
1. Procedimento	1113
2. Direito à Manifestação	1113
3. Decisão	1114

Capítulo V

DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA

Art. 951	1114
1. Legitimidade	1114
2. Ministério Público	1114
Art. 952	1114
1. Ilegitimidade	1114
2. Incompetência	1115

Art. 953	1115
1. Competência	1115
2. Forma de Instauração	1115
3. Prova	1115
Art. 954	1115
1. Oitiva	1116
Art. 955	1116
1. Suspensão	1116
2. Urgência	1116
3. Decisão Monocrática	1116
Art. 956	1116
1. Apresentação	1116
Art. 957	1117
1. Decisão	1117
2. Validade	1117
3. Recorribilidade	1117
Art. 958	1117
1. Conflito Interno	1117
2. Reprodução Obrigatória	1117
Art. 959	1118
1. Conflito de Atribuições	1118
2. Competência	1118

Capítulo VI

DA HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA

Art. 960	1118
1. Homologação	1118
2. Direito à Homologação	1119
3. Decisão Interlocutória Estrangeira	1119
4. Decisão Arbitral Estrangeira	1119
Art. 961	1119
1. Eficácia	1119
2. Parcialmente	1120
3. Urgência e Execução Provisória	1120
4. Execução Fiscal	1120
5. Divórcio Consensual	1120
Art. 962	1120
1. Medida de Urgência	1120
2. Probabilidade e Urgência	1120
3. Validade Expressamente Reconhecida	1121
4. Tutela de Evidência	1121
Art. 963	1121
1. Homologação	1121
2. <i>Exequatur</i>	1122

3. Procedimento	1122
Art. 964.	1122
1. Jurisdição Nacional e Jurisdição Estrangeira	1122
Art. 965.	1122
1. Sentença Estrangeira Dependente de Cumprimento	1122
2. Procedimento	1123

Capítulo VII DA AÇÃO RESCISÓRIA

Art. 966	1123
1. Ação Rescisória.....	1124
2. Ação Rescisória, Ação Anulatória e Querela <i>Nullitatis Insanabilis</i>	1124
3. Decisão de Mérito.....	1124
4. Decisão Impeditiva	1125
5. Cabimento.....	1125
6. Prevaricação, Concussão ou Corrupção	1125
7. Impedimento ou Incompetência	1125
8. Dolo Processual	1126
9. Colusão entre as Partes.....	1126
10. Coisa Julgada	1126
11. Violação Manifesta de Norma Jurídica.....	1126
12. Violação Manifesta de Norma Jurídica em Um Sistema de Precedentes.....	1127
13. Violação de Precedente por Ausência de Subsunção, Necessidade de Distinção e Ação Rescisória.....	1127
14. Ônus de Demonstração Analítica da Distinção.....	1127
15. Prova Falsa.....	1128
16. Prova Nova	1128
17. Erro de Fato.....	1128
18. Ação Anulatória.....	1129
19. Objeto	1129
20. Fundamentos.....	1129
21. Prazo	1130
22. Competência	1130
23. Procedimento	1130
24. Efeitos	1130
Art. 967	1130
1. Legitimidade Ativa.....	1130
2. Legitimidade Passiva	1131
Art. 968	1131
1. Petição Inicial	1132
2. <i>Iudicium Rescindens e Iudicium Rescissorium</i>	1132
3. Depósito.....	1132
4. Dispensa	1132
5. Valor da Causa	1133
6. Indeferimento.....	1133
7. Improcedência Liminar	1133
8. Recurso.....	1133
9. Competência	1133
10. Competência e Dever de Auxílio.....	1134

11. Complementação.....	1134
Art. 969	1134
1. Não Impede o Cumprimento.....	1134
2. Tutela Cautelar ou Tutela Antecipada	1134
Art. 970	1134
1. Citação	1134
2. Prazo	1135
3. Resposta	1135
4. Revelia.....	1135
5. Ônus de Impugnação Específica	1135
6. Procedimento Comum	1135
Art. 971	1135
1. Relator.....	1135
Art. 972	1135
1. Instrução.....	1135
2. Devolução dos Autos	1136
Art. 973	1136
1. Razões Finais.....	1136
2. Ministério Público.....	1136
3. Julgamento	1136
Art. 974	1136
1. Procedência	1137
2. Inadmissibilidade.....	1137
3. Improcedência	1137
4. Multa.....	1137
5. Recursos	1137
Art. 975	1137
1. Direito à Rescisão da Coisa Julgada.....	1137
2. Trânsito em Julgado	1138
3. Crítica à Tese do Trânsito em Julgado Uno e Único.....	1138
4. Inadmissibilidade Recursal e Trânsito em Julgado.....	1139
5. Prova Nova	1140
6. Simulação ou Colusão das Partes	1140

Capítulo VIII

DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

Art. 976	1141
1. Finalidade do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	1141
2. Multiplicação de Demandas	1142
3. Mesma Questão de Direito.....	1142
4. Ofensa à Isonomia ou à Segurança Jurídica	1142
5. Causa Pendente de Análise no Tribunal ou em Primeiro Grau	1142
6. Inexistência de Afetação de Recurso Repetitivo sobre a Questão.....	1142
7. Questão de Direito Material ou Processual	1142
8. Desistência ou Abandono do Processo	1143
9. Custas Processuais	1143
10. Negócios Processuais e IRDR.....	1143

11. IRDR e <i>Collateral Estoppel</i>	1143
Art. 977	1143
1. Legitimidade	1143
2. Documentos Necessários	1143
3. Prazo	1144
Art. 978	1144
1. Competência	1144
2. Prevenção	1144
Art. 979	1144
1. Publicidade	1144
2. Comunicação Específica aos Legitimados para a Tutela Coletiva	1144
Art. 980	1145
1. Prazo de Julgamento e Preferência	1145
Art. 981	1145
1. Juízo de Admissibilidade	1145
Art. 982	1145
1. Suspensão dos Processos	1146
2. Exclusão do Regime de Suspensão	1146
3. Requisição de Informações	1146
4. Intervenção do Ministério Público	1146
5. Pedido de Tutela de Urgência	1146
6. Ampliação do Efeito Suspensivo do Incidente	1146
7. Modulação do Efeito Suspensivo	1147
Art. 983	1147
1. Instrução do Incidente	1147
2. Preservação do Contraditório	1147
Art. 984	1147
1. Etapas do Julgamento do Incidente	1148
2. Abrangência do Conteúdo do Julgamento	1148
Art. 985	1148
1. Obrigatoriedade de Observância da Decisão	1148
2. Reclamação	1148
3. Reclamação para Tribunais Superiores e Esgotamento das Instâncias Ordinárias	1149
4. Comunicação à Agência Reguladora	1149
Art. 986	1149
1. Revisão da Tese	1149
2. Outros Legitimados para a Revisão	1149
Art. 987	1149
1. Cabimento de Recurso Especial e Extraordinário	1150
2. Presunção de Repercussão Geral	1150
3. Abrangência da Decisão do Tribunal Superior	1150
4. Efeito Suspensivo	1150
5. Reclamação	1151

Capítulo IX DA RECLAMAÇÃO

Art. 988	1151
1. Reclamação.....	1152
2. Cabimento.....	1152
3. Cognição <i>Secundum Eventum Probationis</i>	1153
4. Autonomia.....	1153
5. Competência	1153
6. Esgotamento das Instâncias Ordinárias	1153
Art. 989	1153
1. Relator.....	1154
2. Contestação	1154
Art. 990	1154
1. Impugnação	1154
2. Contraditório.....	1154
Art. 991	1154
1. Ministério Público	1154
Art. 992	1154
1. Competência	1155
2. Autoridade.....	1155
3. Medida Adequada	1155
Art. 993	1155
1. Imediato Cumprimento	1155

TÍTULO II DOS RECURSOS

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Recurso.....	1157
2. Sucedâneos Recursais	1157
3. Duplo Grau de Jurisdição	1157
4. Taxatividade	1157
5. Unirrecorribilidade	1157
6. Fungibilidade.....	1157
7. Consumação	1158
8. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito	1158
9. Juízo de Admissibilidade, Colaboração e Unidade do Direito.....	1159
10. Requisitos Intrínsecos.....	1159
11. Cabimento.....	1159
12. Interesse Recursal	1159
13. Legitimidade	1160
14. Inexistência de Fato Extintivo.....	1160
15. Requisitos Extrínsecos.....	1160
16. Tempestividade.....	1160
17. Regularidade Formal	1160
18. Regularidade Formal, Enfrentamento das Razões e Ônus de Alegação Específica. Comunidade Argumentativa de Trabalho	1160

19. Inexistência de Fato Impeditivo	1161
20. Preparo	1161
21. Efeitos	1161
22. Devolutivo	1161
23. Translativo	1161
24. Suspensivo	1162
25. Expansivo	1162
26. Obstativo	1162
27. Substitutivo	1162
Art. 994	1162
1. Taxatividade	1163
Art. 995	1163
1. Não Impedem a Eficácia da Decisão	1163
2. Disposição Legal. (1.026, CPC).....	1163
3. Decisão Judicial. 635, STF.....	1163
4. Suspensão da Decisão Recorrida.....	1164
Art. 996	1164
1. Parte Vencida. (234).....	1164
2. Terceiro Prejudicado. 202, STJ).....	1164
3. Pessoas Jurídicas de Direito Público. 1997).....	1165
4. Ministério Público.....	1165
Art. 997	1166
1. Recurso.....	1166
2. Recurso Adesivo.....	1166
3. Admissibilidade.....	1166
4. Subordinação.....	1166
5. Taxatividade.....	1167
6. Interposição.....	1167
7. Mesmas Regras.....	1167
Art. 998	1167
1. Desistência	1167
2. Litisconsórcio	1168
3. Precedentes.....	1168
Art. 999	1168
1. Renúncia.....	1168
2. Litisconsórcio	1168
Art. 1.000	1169
1. Aceitação	1169
2. Expressa ou Tácita.....	1169
3. Depósito do Valor da Condenação e Multa	1169
4. Litisconsórcio	1169
Art. 1.001	1169
1. Irrecorribilidade.....	1169
2. Casuística	1170
Art. 1.002.	1170
1. No Todo ou em Parte	1170

Art. 1.003	1170
1. Fluência e Contagem	1171
2. Antes da Citação	1171
3. Protocolo	1171
4. Correio	1171
5. Prazo	1171
6. Feriado Local	1171
7. Precedente do STJ sobre a Comprovação de Feriado Local	1172
Art. 1.004	1172
1. Interrupção de Prazo	1172
Art. 1.005	1172
1. Litisconsórcio Unitário	1172
2. Solidariedade	1173
Art. 1.006	1173
1. Baixa dos Autos	1173
Art. 1.007	1173
1. Preparo	1174
2. Dispensa	1174
3. Deserção	1174
Art. 1.008	1175
1. No que Tiver Sido Objeto	1175

Capítulo II DA APELAÇÃO

Art. 1.009	1175
1. Cabimento	1175
2. Regra da Decisão Final	1176
3. Fundamentos	1176
Art. 1.010	1176
1. Forma	1177
2. Independentemente de Juízo de Admissibilidade	1177
Art. 1.011	1177
1. Relator	1177
2. Decisão Monocrática	1177
3. Voto	1177
Art. 1.012	1178
1. Efeito Suspensivo	1178
2. Cumprimento Imediato	1178
3. Alimentos	1179
4. Embargos à Execução	1179
5. Tutela Provisória	1179
6. Efeito Suspensivo <i>Ope Judicis</i>	1179
Art. 1.013	1180
1. Efeito Devolutivo	1180
2. Efeito Translativo	1180

3. Causa Madura	1181
4. Tutela provisória	1181
Art. 1.014	1181
1. Questões de Fato	1181
2. Prova Nova	1181

Capítulo III DO AGRAVO DE INSTRUMENTO

Art. 1.015	1182
1. Cabimento.....	1182
2. Rol Taxativo.....	1182
3. Também Caberá	1183
4. Demais Casos	1183
Art. 1.016	1183
1. Forma	1184
Art. 1.017	1184
1. Instrumento.....	1184
2. Obrigatórias	1185
3. Facultativas.....	1185
4. Obrigatórias, Facultativas e Colaboração	1185
5. Preparo	1185
6. Interposição.....	1185
7. Processo Eletrônico	1185
Art. 1.018	1185
1. Juntada	1186
2. Inadmissibilidade.....	1186
Art. 1.019	1186
1. Decisão Monocrática	1186
2. Efeito Suspensivo	1187
3. Antecipação da Tutela Recursal.....	1187
4. Resposta	1187
5. Ministério Público	1187
6. Decisão do Relator.....	1187
Art. 1.020	1188
1. Julgamento	1188

Capítulo IV DO AGRAVO INTERNO

Art. 1.021	1188
1. Cabimento Decisão Relator	1188
2. Cabimento Decisão Presidente ou Vice	1189
3. Impugnação Específica	1189
4. Reprodução dos Fundamentos	1190
5. Procedimento	1190
6. Decisão de Única ou Última Instância.....	1190
7. Julgamento	1191
8. Multa.....	1191

Capítulo V
DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Art. 1.022	1191
1. Cabimento.....	1192
2. Obscuridade	1192
3. Contradição.....	1192
4. Omissão.....	1192
5. Erro Material.....	1193
6. Embargos de Declaração e Agravo Interno	1193
Art. 1.023	1193
1. Prazo	1193
2. Petição Escrita.....	1193
3. Juiz	1194
4. Preparo	1194
5. Embargos de Declaração Com Efeitos Infringentes.....	1194
6. Contrarrazões	1194
Art. 1.024	1194
1. Julgamento	1195
2. Conversão.....	1195
3. Complementação.....	1195
4. Desnecessidade de Ratificação	1195
Art. 1.025	1196
1. Prequestionamento.....	1196
Art. 1.026	1196
1. Não Têm Efeito Suspensivo	1196
2. Outorga de Efeito Suspensivo.....	1197
3. Interrupção de Prazo.....	1197
4. Manifestamente Protelatórios.....	1197
5. Depósito	1198
6. Revisão do Valor da Multa por Embargos Protelatórios	1198

Capítulo VI
DOS RECURSOS PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
E PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1. Recursos para o STF e para o STJ	1198
---	------

Seção I
Do Recurso Ordinário

Art. 1.027	1199
1. Recurso ordinário	1199
2. Recurso ordinário para o STF	1199
3. Recurso ordinário para o STJ	1200
4. Agravo de instrumento	1200
5. Causa madura	1200
6. Tutela provisória	1201
Art. 1.028	1201
1. Admissibilidade, procedimento e efeitos	1201

2. Interposição.....	1201
3. Processamento no STF e no STJ.....	1201

Seção II

DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO E DO RECURSO ESPECIAL

1. O STF e o STJ como Cortes Supremas.....	1201
2. Recurso Extraordinário e Recurso Especial.....	1203
3. Repercussão Geral e Relevância.....	1203
4. Causa Constitucional e Causa Federal.....	1204
5. Prequestionamento e Embargos de Declaração.....	1204
6. Única ou Última Instância.....	1205
7. Cabimento Recurso Extraordinário.....	1205
8. Cabimento Recurso Especial.....	1206
9. Recurso Extraordinário, Recurso Especial e Tutela Provisória.....	1206
10. Recurso Extraordinário, Recurso Especial e Direito Probatório.....	1207
11. Recurso Extraordinário, Recurso Especial e Juizados Especiais.....	1208
12. Efeito Translativo e Recursos Extraordinários.....	1208

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 1.029	1208
1. Cabimento.....	1209
2. Repercussão Geral e Relevância.....	1209
3. Fatos do Caso.....	1209
4. Interpretação de Cláusulas Negociais.....	1210
5. Razões.....	1210
6. Exposição Analítica.....	1210
7. Dissídio Jurisprudencial.....	1211
8. Divergência e Orientação Firmada.....	1212
9. Prova da Divergência.....	1212
10. Fundamento Genérico.....	1212
11. Desconsideração Vício Formal.....	1212
12. Suspensão em Todo o Território Nacional.....	1213
13. Tutela Provisória.....	1213
Art. 1.030	1214
1. Contrarrazões.....	1214
2. Juízo de Admissibilidade.....	1214
3. Negar Seguimento.....	1215
4. Instrumentos Tópicos para Distinção. Agravo Interno, Agravo em RE e Agravo em REsp.....	1215
5. Instrumento Heterotópico para Distinção. Ação Rescisória.....	1216
6. Retratação.....	1216
7. Sobrestamento.....	1216
8. Seleção.....	1217
9. Admissão e Remessa.....	1217
10. Inadmissão, Agravo em RE e Agravo em REsp.....	1217
Art. 1.031	1217
1. Interposição Simultânea.....	1217
2. Inversão da Ordem.....	1217

Art. 1.032	1218
1. Livre Trânsito	1218
2. Dever de Prevenção.....	1218
Art. 1.033	1219
1. Livre Trânsito	1219
2. Dever de Prevenção.....	1219
Art. 1.034	1219
1. Aplicando o Direito à Espécie.....	1219
2. Efeito Devolutivo e Efeito Translativo	1220
Art. 1.035	1220
1. Repercussão Geral	1221
2. Relevância e Transcendência	1222
3. Repercussão Geral e Julgamento de Casos Repetitivos	1222
4. Causas com Repercussão Geral	1223
5. Causas sem Repercussão Geral	1223
6. Competência	1223
7. <i>Amicus Curiae</i>	1223
8. Quórum.....	1223
9. Momento.....	1224
10. Deliberação Eletrônica	1224
11. Suspensão	1224
12. Suspensão, Execução e Coisa Julgada	1224
13. Recurso Equivocadamente Sobrestado	1224
14. Recurso Inutilmente Sobrestado	1224
15. Não Reconhecimento	1225
16. Reconhecimento.....	1225
17. Aplicação do Precedente para Inadmissibilidade Recursal.....	1225
18. Súmula	1225

Subseção II

Do Julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos

1. Julgamento em Bloco	1226
2. Cinco Estágios.....	1226
Art. 1.036	1226
1. Aferição.....	1227
Art. 1.037	1227
1. Afetação	1228
2. Suspensão, Execução e Coisa Julgada	1228
3. Distinção	1229
Art. 1.038	1229
1. Instrução.....	1229
2. Decisão.....	1229
3. Decisão sobre Questão não Delimitada.....	1230
Art. 1.039	1230
1. Irradiação.....	1230

Art. 1.040	1231
1. Publicação	1231
2. Desistência	1231
Art. 1.041	1231
1. Fidelidade	1232

Seção III

Do Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário

Art. 1.042	1232
1. Cabimento	1233
2. Prazo	1234
3. Razões	1234
4. Contrarrazões	1234
5. Julgamento Conjunto	1234
6. Interposição Conjunta	1234

Seção IV

Dos Embargos de Divergência

Art. 1.043	1235
1. Cabimento	1235
2. Embargos de Divergência e Decisão Monocrática	1236
3. Divergência	1236
4. Razões	1236
5. Fundamento Genérico	1237
Art. 1.044	1237
1. Julgamento	1237

LIVRO COMPLEMENTAR

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 1.045	1239
1. <i>Vacatio Legis</i>	1239
Art. 1.046	1239
1. Direito Intertemporal	1239
2. Efeito Imediato e Efeito Retroativo	1239
3. Isolamento dos Atos Processuais	1240
4. Aplicação do Código de Processo Civil de 1973	1240
Art. 1.047	1240
1. Direito Intertemporal e Direito Probatório	1241
Art. 1.048	1241
1. Idoso	1241
2. Criança e Tratamento Prioritário	1242
3. Pessoa com Deficiência	1242
4. Requerimento	1242
5. Não Cessação	1242
Art. 1.049	1242
1. Procedimento Comum	1242

Art. 1.050	1242
1. Cadastro da Administração Pública em Sistema Eletrônico	1242
Art. 1.051	1243
1. Cadastro de Empresas Públicas e Privadas em Sistema Eletrônico	1243
2. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	1243
Art. 1.052	1243
1. Execução contra Devedor Insolvente	1243
Art. 1.053	1243
1. Atos Processuais Eletrônicos	1243
Art. 1.054	1244
1. Coisa Julgada e Questão Prejudicial	1244
Art. 1.055	1244
1. Termo Inicial da Prescrição Intercorrente	1244
2. Prescrição Intercorrente e Execução Fiscal	1244
Art. 1.057	1244
1. Impugnação, Controle de Constitucionalidade e Direito Intertemporal	1244
2. Inconstitucionalidade	1245
Art. 1.058	1245
1. Recolhimento de Dinheiro	1245
Art. 1.059	1245
1. Tutela Provisória e Fazenda Pública	1245
2. Esgotamento do Objeto da Ação	1245
3. Ponderação	1246
Art. 1.060	1246
1. Custas na Justiça Federal	1246
Art. 1.061	1246
1. Nulidade da Sentença Arbitral	1246
Art. 1.062	1247
1. Desconsideração de Personalidade Jurídica e Juizados Especiais	1247
Art. 1.063	1247
1. Competência Material dos Juizados Especiais Cíveis	1247
Art. 1.064	1247
1. Embargos de Declaração e Juizados Especiais	1247
Art. 1.065	1247
1. Interrupção do Prazo Recursal pela Interposição de Embargos Declaratórios nos Juizados Especiais	1248
Art. 1.066	1248
1. Embargos Declaratórios Criminais e Juizados Especiais	1248
Art. 1.067	1248
1. Embargos de Declaração e Justiça Eleitoral	1249

Art. 1.068	1249
1. Credores Solidários e Extensão do Julgamento	1249
2. Anulação de Partilha	1249
Art. 1.069	1249
1. Avaliação da Efetividade do Código.....	1249
Art. 1.070	1250
1. Prazo de Agravo Regimental.....	1250
Art. 1.071	1250
1. Usucapião Extrajudicial	1251
2. Intimação do Poder Público	1251
3. Intimação de Terceiros	1251
4. Procedimento	1251
Art. 1.072	1252
1. Decreto-Lei 25/37.....	1252
2. Código Civil	1252
3. Assistência Judiciária Gratuita	1252
4. Lei 8.038/1990	1252
5. Lei de Alimentos	1252
6. Lei de Infrações contra a Ordem Econômica.....	1252